



RESUMO PÚBLICO

Plano de Gestão Florestal

Grupo Unifloresta

Unimadeiras - Produção, comércio e exploração florestal, SA
Arruamento Q, Zona Industrial de Albergaria-a-Velha

www.unimadeiras.pt

Índice

1. SIGLAS E ABREVIATURAS	1
2. INTRODUÇÃO	2
3. CARATERIZAÇÃO DO PROPRIETÁRIO E DA GESTÃO	3
3.1.2 Identificação do Responsável pela Gestão	6
3.1.3 Identificação do proprietário	7
4. CARATERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA UNIDADE DE GESTÃO FLORESTAL	10
4.1 Identificação da Unidade de Gestão Florestal	10
5. CARATERIZAÇÃO BIOFÍSICA DA PROPRIEDADE	18
5.1 Relevo e altimetria	18
5.1.1 Bacia Hidrográfica	18
5.1.2 Exposição	18
5.1.3 Declives	18
5.1.4 Hipsometria	19
5.2 Clima	19
5.2.1 Temperatura média diária do ar	19
5.2.2 Precipitação total	19
5.2.3 Geada	20
5.3 Solos	20
5.3.1 Classificação	20
5.3.2 Formações litológicas	21
5.4 Fauna, flora e habitats classificados	22
5.4.1 Fauna e Flora	22
5.4.2 Habitats classificados	22
5.5 Pragas, doenças e infestantes	23
5.6 Incêndios Florestais	26
6 REGIMES LEGAIS ESPECÍFICOS	29
6.1 Restrições de utilidade pública	29
6.2 Instrumentos de Planeamento Florestal	29
6.3 Instrumentos de gestão territorial	30
7 CARATERIZAÇÃO DOS RECURSOS	32
7.1 Infraestruturas florestais	32
7.1.1 Rede viária florestal	32
8 CARATERIZAÇÃO E OBJETIVOS DA UNIDADE DE GESTÃO FLORESTAL	33
8.1 Caraterização dos recursos	33
8.1.1 Caraterização geral	34

8.1.2 Compartimentação da propriedade	34
8.1.3 Definição e delimitação das parcelas	34
8.2 Componente silvo pastoril	34
8.3 Componente cinegética, aquícola e apícola	35
8.4 Componente de recursos geológicos e energéticos	35
8.4.1 Caraterização dos recursos energéticos.....	35
8.4.2 Caraterização dos recursos geológicos	35
8.4.3 Definição dos objetivos da unidade de gestão florestal	36
9 ADEQUAÇÃO AOS PROF's	37
10 PROGRAMAS OPERACIONAIS	38
10.1 Programa de gestão da biodiversidade.....	38
10.2 Programa de gestão da produção lenhosa	41
10.2.1. Eucalipto	41
10.2.2 Pinheiro Bravo	44
10.2.3 Choupo	45
10.2.4 Sobreiro	45
10.2.5 Instalação de outras espécies.....	47
10.3 Programa de gestão do aproveitamento dos recursos não lenhosos e outros serviços associados	49
10.4 Programa de infraestruturas	50
10.5 Programa das operações silvícolas mínimas	52
10.6 Gestão florestal preconizada - calendarização das operações.....	53
11. Registo das alterações	54

1.SIGLAS E ABREVIATURAS

Sigla/ abreviatura	Definição
AVC	Alto Valor de Conservação
AD	Administração do Grupo UniFloresta
AG	Assembleia Geral do Grupo UniFloresta
CQ	Conselho da Qualidade da Unimadeiras
CR	Comissão de Recurso do Grupo UniFloresta
CRIF	Carta de Risco de Incêndio Florestal
EC	Entidade Certificadora
FAVC	Floresta de Alto Valor de Conservação
FSC® (FSC® C010103)	<i>Forest Stewardship Council®</i>
Grupo	Grupo Unifloresta
IGP	Instituto Geográfico Português
MDF	<i>Medium-density fiberboard</i> (placa de fibra de madeira de média densidade)
NP	Norma Portuguesa
P&C	Princípios e Critérios
PEFC™ (PEFC™/13-22-009)	<i>Programme for the Endorsement of Forest Certification Schemes</i>
PI	Partes Interessadas
PGF	Plano de Gestão Florestal
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
POA	Plano de Ordenamento de Albufeiras
POAP	Plano de Ordenamento de Áreas Protegidas
PQ	Procedimento da Qualidade
PROF	Plano Regional Ordenamento Florestal
PS	Prestador de Serviços
SG	Sistema de Gestão
UGF	Unidade de Gestão Florestal do Grupo Unifloresta

2. INTRODUÇÃO

O Resumo Público do Plano de Gestão Florestal do grupo Unifloresta é um instrumento catalisador da comunicação com as partes interessadas da Unimadeiras e uma ferramenta de gestão ajustada à realidade do grupo, tendo por base os dados recolhidos dos membros e do seu património florestal, à data de 30 de junho de 2020.

Dando cumprimento aos requisitos normativos aplicáveis, nele se sumarizam os principais aspetos da gestão florestal adaptada pelo grupo, assim como todos os restantes aspetos relativos à caracterização e enquadramento do grupo e da gestão, com vista a uma produção responsável de bens ou serviços na unidade de gestão florestal do grupo Unifloresta.

Este documento coloca à disposição, igualmente, um conjunto de dados que, em conjunto, permitem uma leitura mais aprofundada do planeamento, do funcionamento e da evolução da gestão do grupo Unifloresta.

Os dados ora apresentados são revistos e monitorizados periodicamente.

3. CARATERIZAÇÃO DO PROPRIETÁRIO E DA GESTÃO

O grupo Unifloresta foi formalmente constituído em 2007 com o objetivo de, entre outros:

- Difundir as boas práticas florestais.
- Assegurar a biodiversidade.
- Aumentar a produtividade.
- Reduzir os acidentes de trabalho.
- Assegurar uma mais-valia financeira aos Membros aderentes.

Em Agosto de 2008 obteve a certificação da gestão florestal pelo FSC® (FSC® C010103) e em 2012 a certificação da gestão florestal pelo PEFC™ (PEFC™/13-22-009).

O grupo é constituído por 31653 hectares de floresta certificada e 1609 membros, que cumprem a legislação aplicável, os Princípios e Critérios do FSC®, os Critérios Pan-Europeus e os Indicadores de Gestão Florestal Sustentável constantes na norma NP:4406 e demais regras definidas para o grupo.

A principal produção da unidade de gestão florestal do grupo, assim como a espécie mais utilizada em Portugal na indústria de celulose, é o *Eucalyptus globulus*, espécie exótica de rápido crescimento, bem adaptada e apresentando bons índices de produtividades em grande parte das condições edafo-climáticas de Portugal.

Por estas razões, o grupo considera não existir nenhuma outra espécie autóctone que possa ser considerada como uma alternativa viável ao aproveitamento das particularidades do eucalipto.

O cumprimento das práticas e dos modelos silvícolas e o planeamento das operações florestais da unidade de gestão florestal é fundamental, entre outros, para assegurar a regulação da produção de rolaria, estabelecer metas e objetivos produtivos, aumentar a biodiversidade e responder às expectativas dos Membros e dos clientes.

Para atingir tais metas, o grupo cumpre os requisitos do *Referencial Técnico do Grupo*, onde são identificadas as práticas conducentes a uma gestão florestal ambientalmente adequada, socialmente benéfica e economicamente viável.

A Administração do grupo e a gestão das áreas certificadas estão a cargo de um conjunto de técnicos designados para o efeito, a quem compete assegurar que os requisitos dos referenciais aplicáveis são implementados, revistos e mantidos em conformidade.

O grupo é composto da seguinte forma:

Designação	Constituição
Responsável da unidade de gestão florestal	Elemento definido pela Administração da Unimadeiras.
Membros	Proprietários ou arrendatários de propriedades florestais, que aderem voluntariamente e numa perspetiva de longo prazo ao grupo, aceitam cumprir as condições impostas e cumprem todos os requisitos para a sua adesão.
Administração do grupo	Conjunto de técnicos designados pelo Conselho de Administração da Unimadeiras, que englobam as funções de gestão florestal, cartografia da unidade de gestão florestal e gestão da certificação certificação: • 1 representante da Administração da Unimadeiras • 1 responsável pela unidade de gestão florestal do grupo • 3 técnicos florestais • 1 técnico de SIG • 1 técnico Qualidade
Mesa da Assembleia Geral	Quatro elementos eleitos em Assembleia Geral do grupo: • 1 Presidente • 1 Vice-Presidente • 2 Secretários
Comissão de Recurso	Constituída por pessoas externas com credibilidade, conhecimento e experiência suficientes, eleita por seis anos a partir de nomes selecionados e sugeridos pela Administração ou por qualquer membro do grupo.

O grupo reúne, entre outros, a seguinte documentação interna aplicável:

- Apresentação Pública do Resultado da Monitorização dos Indicadores de Gestão Florestal da NP:4406.
- Avaliação de Riscos das Atividades Florestais.
- Avaliação do Risco de Impactes.
- Contributo do Grupo Unifloresta para o cumprimento dos objetivos dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal.
- Guia de Boas Práticas Florestais.
- Guia de Gestão da Aplicação de Produtos Fitofármacos.
- Guia de Identificação e Controlo de Plantas Invasoras.
- Lista de Produtos Proibidos.
- Manual de Gestão do Grupo Unifloresta.

- Objetivos Produtivos.
- Plano de Atividades Florestais.
- Plano de Emergência Florestal.
- Plano de Formação.
- Plano de Gestão Florestal.
- Plano de Vistorias.
- Plano Orçamental.
- Política Florestal.
- Referencial Técnico de Produtos Florestais Lenhosos.
- Referencial Técnico de Produtos Florestais Não Lenhosos.
- Regulamento do Grupo Unifloresta.
- Requisitos Gerais para Prestadores de Serviços Florestais.
- Resumo Público do Plano de Gestão Florestal.
- Volume e Qualificação de Emprego no Grupo Unifloresta.

3.1.2 Identificação do Responsável pela Gestão

No âmbito dos referenciais normativos implementados e aplicáveis, a Unimadeiras – Produção, Comércio e Exploração Floresta, SA é administradora do grupo Unifloresta e a entidade responsável pela unidade de gestão florestal, na pessoa do seu Presidente do Conselho de Administração.

A responsabilidade pelas atividades realizadas nas propriedades está a cargo de cada um dos seus legítimos proprietários, a quem compete dar cumprimento às regras definidas (incluindo a legislação aplicável e os requisitos das Normas FSC®-STD-01 001 e NP:4406.

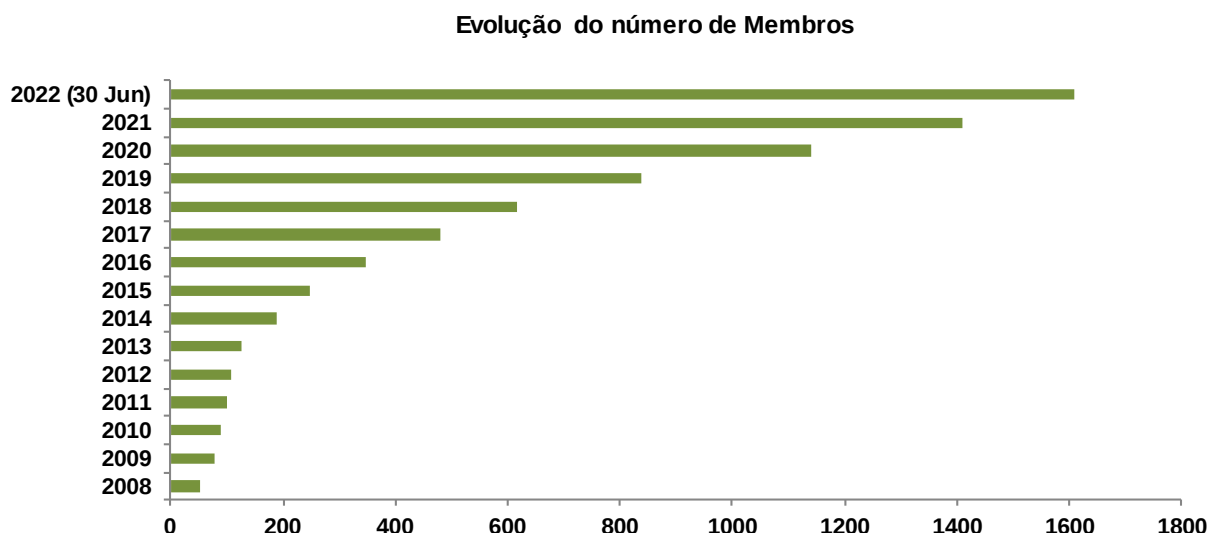
No quadro seguinte faz-se uma apresentação sucinta da Unimadeiras.

Denominação Social:	Unimadeiras - Produção Comércio e Exploração Florestal, S.A.	
Data de Constituição:	14 de Outubro de 1974	
Forma Jurídica:	Sociedade Anónima	
Atividade Desenvolvida:	Comércio por grosso de madeiras em bruto	
CAE:	46731	
Capital Social:	2 Milhões de Euros	
Valor médio anual de fornecimento de madeira:	1,2 Milhões de unidades	
Valor anual médio de faturação:	55 Milhões de Euros	
Nº de Colaboradores:	16	
Nº Acionistas:	644	
Endereço:	Albergaria-a-Velha: Arruamento Q, Zona Industrial, 3850-184 ALBERGARIA-A-VELHA Endereço postal: Apartado nº 3, 3854 - 909 ALBERGARIA-A-VELHA 40° 42' 44,86" N 8° 29' 01,16" O Telefone: 351 (234) 521 864 Telefax: 351 (234) 523 665	Figueira da Foz: Beco do Moinho, Sampaio, Marinha das Ondas 3090 - 762 FIGUEIRA DA FOZ 40° 03' 05,08" N 8° 51' 55,14" O Telefone: 351 (233) 959 099 Telefax: 351 (233) 959 011
Correio eletrónico:	geral@unimadeiras.pt	
NIF:	500 293 066	
Site:	www.unimadeiras.pt	
Esquemas de Certificação implementados	. Sistema de Gestão da Qualidade . Gestão Florestal FSC® . Gestão Florestal PEFC™ . Gestão da Cadeia de Responsabilidade em grupo FSC® . Gestão da Cadeia de Responsabilidade em grupo PEFC™ e FSC®	

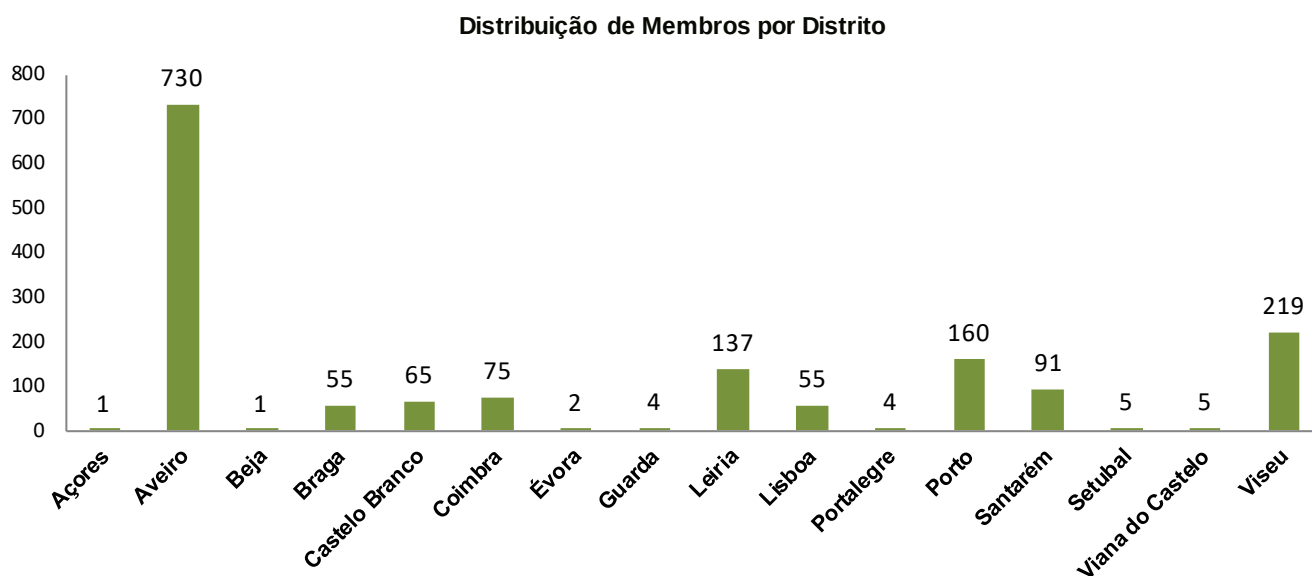
3.1.3 Identificação do proprietário

O grupo é uma estrutura dinâmica constituída por proprietários, arrendatário e usufrutuários, registando-se a entrada frequente de novos Membros e de novas áreas, de acordo com as normas aplicáveis e a deliberação da Administração.

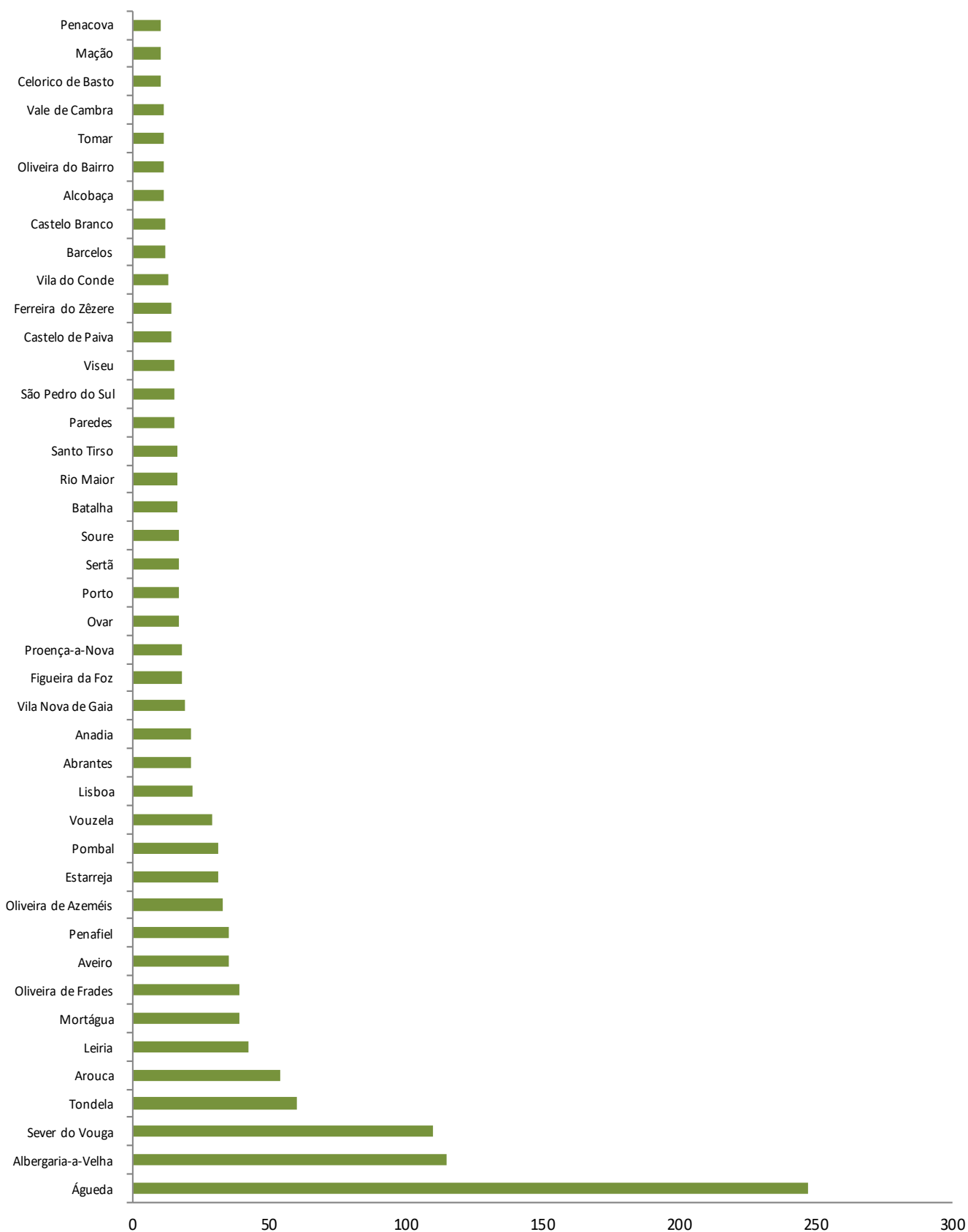
Atualmente o grupo é formado por 1609 Membros, apresentando a seguinte evolução:



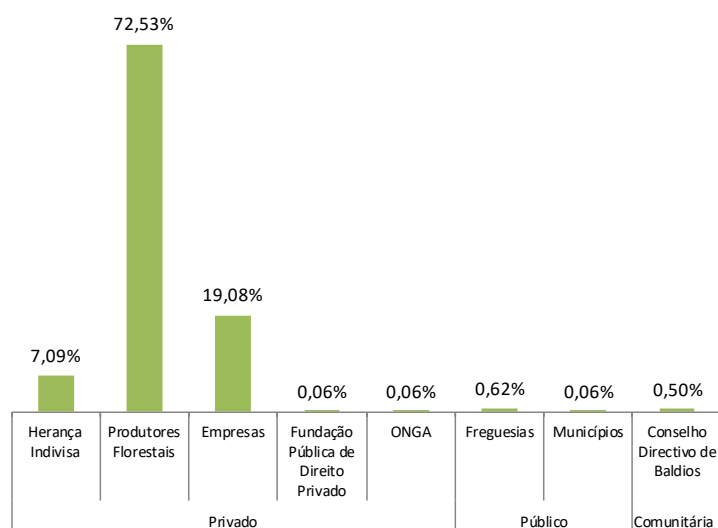
Os Membros do grupo distribuem-se, em particular, pelos Distritos de Aveiro, Viseu, Leiria e Porto, com especial relevo para os Concelhos de Águeda, Albergaria-a-Velha, Sever do Vouga, Arouca, Aveiro, Oliveira de Azeméis e Estarreja do Distrito de Aveiro, Leiria do Distrito de Leiria e Mortágua, Tondela, Vouzela e Oliveira de Frades do Distrito de Viseu e Penafiel do Distrito do Porto.



Distribuição de Membros pelos Concelhos mais representados (10 ou mais membros)



Os Membros são maioritariamente privados (98,55%), registando-se uma percentagem de cerca de 0,84% de membros públicos e 0,61% de membros Comunitários.



Cada um dos Membros é responsável pela existência e manutenção em arquivo da documentação comprovativa da titularidade e/ou direitos de uso de longo prazo dos prédios que constituem a unidade de gestão florestal.

A manutenção em arquivo da documentação respeitante aos elementos do atual Plano de Gestão Florestal é da responsabilidade da Administração do Grupo, que a poderá ser disponibilizada sempre que solicitada.

4. CARATERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA UNIDADE DE GESTÃO FLORESTAL

4.1 Identificação da Unidade de Gestão Florestal

A unidade de gestão florestal do grupo é constituída pelo conjunto de propriedades dos Membros que se encontram caracterizadas e georreferenciadas através da recolha de coordenadas de GPS.

Os elementos geográficos caracterizadores das propriedades e dos recursos nelas existentes integram a base de dados digital do grupo.

Os dados atuais permitem a comparação com informação geográfica existente em plataformas de nível superior, como PROF ou PMDFCI, confrontando-se, sempre que necessário, a informação existente nos diversos planos.

As propriedades do grupo são maioritariamente de pequena e média dimensão, verificando-se que cerca de 67% das propriedades têm dimensão igual ou inferior a um hectare.

Dimensão da propriedade	N.º propriedades	% de propriedades
Até 1/2 hectare	7047	44,4%
Entre 1/2 e 1 hectare	3639	22,9%
Entre 1 e 2,5 hectares	3312	20,9%
Entre 2,5 e 5 hectares	1044	6,6%
Entre 5 e 10 hectares	494	3,1%
Mais de 10 hectares	348	2,2%

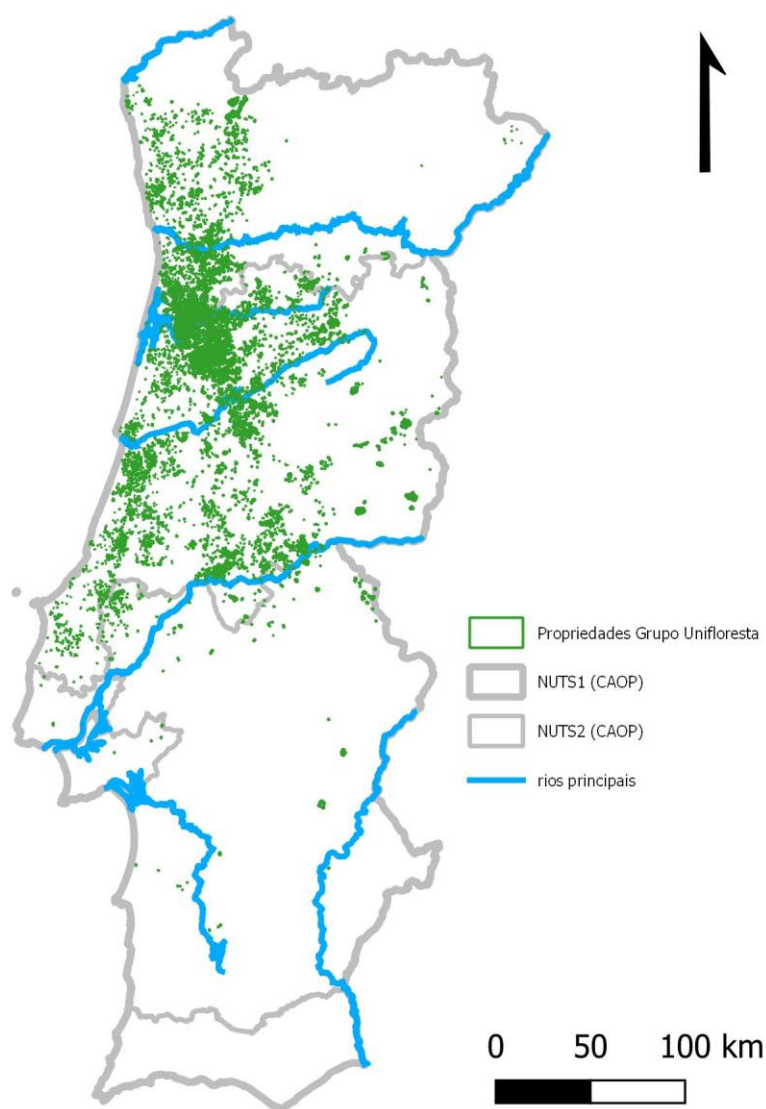
As parcelas apresentam maioritariamente uma estrutura regular:

Estrutura	N.º Parcelas	% de parcelas
Regular	19518	89,0%
Irregular	1390	6,3%
Outras	1033	4,7%

Relativamente à composição, a unidade de gestão florestal apresenta a seguinte proporção:

Composição	N.º Parcelas	% de parcelas
Puro	18681	85,1%
Misto	2232	10,2%
Outros	1028	4,7%

Atualmente, a unidade de gestão florestal é constituída por 31653 hectares de área certificada, com distribuição geográfica ilustrada no mapa e quadros seguintes:



A unidade de gestão florestal distribui-se pelos seguintes distritos:

Distribuição do total de área por Distrito	
Distrito	Área (Ha)
Aveiro	7010
Beja	20
Braga	4026
Bragança	3
Castelo Branco	4806
Coimbra	2905
Évora	535
Guarda	732
Leiria	1700
Lisboa	315
Portalegre	1427
Porto	1344
Santarém	2595
Setúbal	40
Viana do Castelo	128
Vila Real	3
Viseu	4066

A unidade de gestão florestal distribui-se pelos seguintes Concelhos:

Distribuição do total de área por Concelho				
Concelho Área (Ha)			Concelho Área (Ha)	
Abrantes	908,79		Arganil	492,98
Águeda	2420,86		Arouca	700,20
Aguiar da Beira	292,07		Aveiro	30,84
Alandroal	394,96		Azambuja	123,49
Albergaria-a-Velha	942,01		Barcelos	226,91
Alcanena	4,30		Batalha	75,90
Alcobaça	344,34		Bombarral	25,42
Alenquer	16,06		Braga	30,28
Alpiarça	38,77		Cabeceiras de Basto	15,07
Alvaiázere	112,07		Cadaval	43,38
Amarante	24,01		Caldas da Rainha	45,51
Amares	14,46		Caminha	3,17
Anadia	246,73		Cantanhede	66,32
Ansião	11,51		Carregal do Sal	173,00

Distribuição do total de área por Concelho				
Concelho Área (Ha)			Concelho Área (Ha)	
Castanheira de Pêra	38,75		Marvão	540,42
Castelo Branco	1265,90		Matosinhos	8,31
Castelo de Paiva	337,83		Mealhada	137,07
Castelo de Vide	82,44		Mêda	20,62
Castro Daire	41,99		Mira	1,11
Celorico da Beira	23,18		Miranda do Corvo	197,52
Celorico de Basto	117,79		Miranda do Douro	0,67
Chamusca	61,01		Moimenta da Beira	45,15
Cinfães	13,78		Mondim de Basto	2,82
Coimbra	128,87		Montemor-o-Velho	44,84
Condeixa-a-Nova	35,85		Montijo	25,41
Constância	57,15		Mortágua	628,92
Coruche	16,23		Murtosa	2,36
Covilhã	31,03		Nazaré	8,66
Crato	98,75		Nelas	114,37
Espinho	7,29		Nisa	581,10
Esposende	12,00		Óbidos	19,33
Estarreja	148,57		Oleiros	289,93
Estremoz	14,39		Oliveira de Azeméis	569,98
Évora	125,88		Oliveira de Frades	436,17
Fafe	55,50		Oliveira do Bairro	25,45
Felgueiras	66,27		Oliveira do Hospital	51,33
Ferreira do Zêzere	121,36		Ourém	85,30
Figueira da Foz	199,73		Ovar	133,04
Figueira de Castelo Rodrigo				
	94,78		Paços de Ferreira	16,77
Figueiró dos Vinhos	235,77		Palmela	14,18
Fornos de algodres	19,06		Pampilhosa da Serra	201,96
Fundão	226,03		Paredes	99,40
Gavião	57,40		Pedrogão Grande	28,33
Góis	246,82		Penacova	227,23
Gondomar	274,65		Penafiel	224,04
Gouveia	34,02		Penalva do Castelo	207,53
Guarda	30,59		Penamacor	1065,36
Guimarães	129,74		Penedono	20,35
Idanha-a-Nova	915,69		Penela	16,48
Ílhavo	10,05		Peniche	7,56
Leiria	484,20		Pombal	146,75
Lourinhã	57,24		Ponte de Lima	72,11
Lousã	43,36		Ponte de Sôr	58,89
Lousada	55,95		Portalegre	7,53
Mação	507,98		Porto	0,74
Mafra	2,81		Porto de Mós	55,95
Maia	27,34		Póvoa de Lanhoso	67,56
Mangualde	169,52		Póvoa de Varzim	2,40
Marco de Canaveses	11,03		Proença-a-Nova	323,72
Marinha Grande	59,58		Rio Maior	192,14

Distribuição do total de área por Concelho				
Concelho Área (Ha)			Concelho Área (Ha)	
Sabugal	51,95		Tondela	773,00
Salvaterra de Magos	4,81		Torres Novas	1,22
Santa Comba Dão	152,50		Torres Vedras	54,45
Santa Maria da Feira	153,58		Trofa	60,09
Santarém	82,66		Vagos	48,62
Santo Tirso	239,97		Vale de Cambra	185,97
São João da Pesqueira	93,33		Valongo	49,02
São Pedro do Sul	290,61		Viana do Castelo	52,59
Sardoal	124,74		Vieira do Minho	91,69
Sátão	67,26		Vila de Rei	68,66
Seia	121,87		Vila do Conde	137,66
Sernancelhe	7,02		Vila Nova da Barquinha	78,83
Serpa	20,27		Vila Nova de Famalicão	119,17
Sertão	124,80		Vila Nova de Foz Côa	44,23
Sever do Vouga	909,87		Vila Nova de Gaia	46,26
Sintra	15,20		Vila Nova de Paiva	67,53
Sobral de Monte Agraço	2,20		Vila Nova de Poiares	35,74
Soure	570		Vila Velha de Rodão	494,75
Tábua	344		Vila Verde	35,35
Tarouca	3		Vimioso	2,09
Terras de Bouro	3107		Viseu	174,26
Tomar	310		Vizela	3,17
			Vouzela	586,89

A unidade de gestão florestal distribui-se pelos seguintes PROF's:

Área por PROF	Total área (Ha)	Percentagem de área
Alentejo	1982	6,26%
Centro Interior	4395	13,89%
Centro Litoral	14277	45,10%
Entre Douro e Minho	7455	23,55%
Lisboa e Vale do Tejo	3315	10,47%
Trás-os-Montes e Alto Douro	229	0,72%

As propriedades são constituídas principalmente por parcelas de produção de eucalipto.

No entanto, com a entrada de novas propriedades, verifica-se um aumento gradual de áreas de conservação.

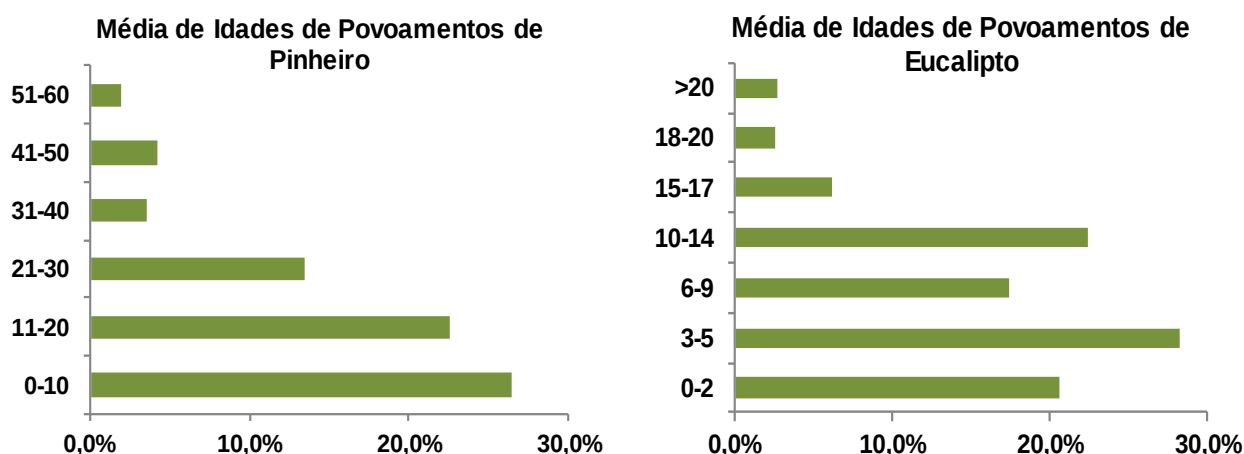
Objetivos de gestão	Percentagem de área
Produção	83,51%
Conservação	13,33%
Proteção	3,17%

No que respeita à ocupação do solo, verifica-se a predominância da espécie eucalipto glóbulos, seguido do pinheiro bravo e sobreiro:

Espécie	Área (ha)
Aderno	2,2
Amieiro	6,7
Austrália	30,7
Azinheira	780,1
Carvalhiça	0,2
Carvalho Alvarinho	184,6
Carvalho Alvarinho (P)	12,3
Carvalho Americano	21,0
Carvalho Cerquinho	2,9
Carvalho dos pântanos	1,3
Carvalho Negral	43,6
Castanheiro Bravo	12,1
Castanheiro fruto	2,9
Cedro do Atlas	4,0
Cedro do Buçaco	179,7
Cedro-bastardo	1,3
Cerejeira brava	4,7
Choupo Negro	0,1
Choupo-Híbrido	34,8
Eucalipto	322,5
Eucalipto Citriodora	1,5
Eucalipto Globulus	20283,4
Eucalipto Híbrido	9,5
Eucalipto Maidenii	61,5
Eucalipto Viminalis	100,3
Folhosas diversas	457,1
Freixo de Folha Estreita	2,5
Freixo Europeo	47,7
Loureiro	9,7
Medronheiro	136,9
Mimosa	168,5
Nogueira fruto	0,6
Nogueira Preta	2,6
Outras Resinosas	1,0
Outros Carvalhos	0,5
Pinheiro larício	44,3
Pinheiro Bravo	4401,9
Pinheiro Manso	138,1
Pinheiro Radiata	22,7
Pinheiro Silvestre	78,5
Plátano Híbrido	2,8

Espécie	Área (ha)
Pseudotsuga	2,5
Salgueiro-preto	8,5
Sequoia-Gigante	4,0
Sobreiro	1085,7
Vegetação ripícola	93,0
Vidoeiro	7,1

Relativamente à idade dos povoamentos de pinheiro bravo, sobressai uma percentagem significativa de área até aos trinta anos. Por outro lado, e em relação ao eucalipto, verifica-se uma distribuição quase homogénea nas classes de idade de 0-2, 3-5, 6-9 e 10-14 onde se situam cerca de 90% dos povoamentos.



Os povoamentos de eucalipto situam-se, maioritariamente, em segunda e terceira rotação. Cerca de 18% da área, corresponde a novas plantações (1ª rotação), existindo ainda, 18% de povoamentos em 4ª rotação.

Rotação	Área (Ha)	Percentagem de área
1ª Rotação	3656	18%
2ª Rotação	6839	34%
3ª Rotação	6156	30%
4ª Rotação	3613	18%

A média da idade do corte da madeira de eucalipto adequa-se aos modelos silvícolas aplicáveis, situando-se, maioritariamente, entre os 10 e 14 anos de idade.

Idade média do corte da madeira de eucalipto para celulose		
Idade	Área (Ha)	Percentagem de área
Até 10 anos	3487	28%
Entre 11 e 12 anos	2882	23%
Entre 13 e 14 anos	3942	32%
>14 anos	1966	16%

A média da idade do corte da madeira de pinheiro bravo adequa-se aos modelos silvícolas aplicáveis, situando-se, maioritariamente, acima dos 50 anos de idade.

Idade média do corte da madeira de pinheiro bravo		
Idade	Área (Ha)	Percentagem de área
Até 30 anos	446	28%
Entre 30 e 39 anos	123	8%
Entre 40 e 50 anos	237	15%
>50 anos	805	50%

5. CARATERIZAÇÃO BIOFÍSICA DA PROPRIEDADE

A caraterização biofísica da unidade de gestão florestal é baseada na informação digital disponibilizada no Atlas do Ambiente da Agência Portuguesa do Ambiente.

5.1 Relevo e altimetria

5.1.1 Bacia Hidrográfica

Bacia Hidrográfica	Total de área (Ha)	Percentagem de área
ÁVE	778	2,46%
CÁVADO	3328	10,52%
DOURO	2556	8,07%
GUADIANA	584	1,85%
LIMA	41	0,13%
LIS	603	1,91%
MONDEGO	5179	16,36%
TEJO	9692	30,62%
VÁRIOS	1139	3,60%
VOUGA	7752	24,49%

5.1.2 Exposição

Exposição	Total de área (Ha)	Percentagem de área
Este	616	1,94%
Norte	3408	10,77%
Nordeste	1578	4,99%
Noroeste	5272	16,65%
Oeste	9054	28,60%
plana	63	0,20%
Sul	4 055	12,81%
Sudeste	1 719	5,43%
Sudoeste	5 889	18,61%

5.1.3 Declives

Classe de declives	Total de área (Ha)	Percentagem de área
0-5	2129	6,73%
5-25	5810	18,35%
25-35	19814	62,60%
>35	3900	12,32%

5.1.4 Hipsometria

PROF	ALTITUDE MÉDIA (mt)
Alentejo	295
Centro Interior	422
Centro Litoral	262
Entre Douro e Minho	298
Lisboa e Vale do Tejo	193
Trás-os-Montes e Alto Douro	734

5.2 Clima

5.2.1 Temperatura média diária do ar

Intervalo de temperatura (graus centígrados)	Total de área (Ha)	Percentagem de área
7,5-10	1679	5,30%
10-12,5	6201	19,59%
12,5-15	14630	46,22%
15-16	7241	22,88%
16-17,5	1903	6,01%

5.2.2 Precipitação total

Intervalo médio de precipitação	Total de área (Ha)	Percentagem de área
400-500	14	0,04%
500-600	1058	3,34%
600-700	1053	3,33%
700-800	5247	16,58%
800-1000	4407	13,92%
1000-1200	4309	13,61%
1200-1400	5136	16,23%
1400-1600	4030	12,73%
1600-2000	2853	9,01%
2000-2400	1288	4,07%
2400-2800	624	1,97%
>2800	1633	5,16%

5.2.3 Geda

Intervalo médio de dias	Total de área (Ha)	Percentagem de área
1-5	4478	14,15%
5-10	3616	11,42%
10-20	9543	30,15%
20-30	5107	16,13%
30-40	5774	18,24%
40-50	1884	5,95%
50-60	698	2,20%
60-70	502	1,59%
70-80	51	0,16%

5.3 Solos

5.3.1 Classificação

A unidade pedológica dominante na unidade de gestão florestal é a de Cambissolos, com uma representação de 55,66%.

Classificação Solo (FAO)	Total de área (Ha)	%
CAMBISSOLOS	20510	64,80%
FLUVISSOLOS	90	0,28%
LITOSSOLOS	4194	13,25%
LUVISOLOS	2760	8,72%
PODZOIS	2410	7,61%
RANKERS	1576	4,98%
REGOSSOLOS	98	0,31%
OLONCHAKS	14	0,04%

5.3.2 Formações litológicas

Formações sedimentares	Área total (Ha)	%
Aluviões	160,81	0,51%
Areias e cascalheiras	220,70	0,70%
Areias, calhaus rolados, arenitos pouco consolidados, argilas	1821,16	5,75%
Arenitos e arenitos arcócos	245,25	0,77%
Arenitos, calcários mais ou menos margosos, areias, cascalheiras, argilas	1227,93	3,88%
Arenitos, conglomerados, calcários, calcários dolomíticos, calcários margosos, margas	406,89	1,29%
calcários, calcários dolomíticos, calcários margosos, margas	522,11	1,65%
Cascalheiras de planalto, arcócos da Beira Baixa, arenitos, calcários	1668,84	5,27%
Conglomerados, arenitos, calcários brancos, margas avermelhadas.	24,55	0,08%
Conglomerados, arenitos, calcários, calcários dolomíticos, calcários margosos, margas	580,60	1,83%
Conglomerados, xistos carbonosos, xistos argilosos	215,11	0,68%
Depósitos de vertente, areias superficiais e de terraço	1,91	0,01%
Doleritos	0,90	0,00%
Dunas e areias eólicas	281,77	0,89%
Grés vermelhos (de Silves), conglomerados, margas, calcários geralmente dolomíticos	275,62	0,87%
Formações sedimentares e metamórficas	Área total (Ha)	%
Pórfitos graníticos	1,05	0,00%
Quartzitos	610,31	1,93%
Teschenitos	1,36	0,00%
Xistos argilosos, grauvaques, arenitos	2,93	0,01%
Xistos, anfibolitos, micaxistos, grauvaques quartzitos, rochas carbonatadas, gnaisses	1445,38	4,57%
Xistos, grauvaques	1581,39	5,00%
Xistos, grauvaques (Complexo xisto-grauvíquico)	11724,88	37,04%
Rochas eruptivas plutónicas	Área total (Ha)	%
Granitos e rochas afins	8613,25	27,21%
Rochas eruptivas vulcânicas	Área total (Ha)	%
Microgranitos	13,80	0,04%
Basaltos	4,40	0,01%

5.4 Fauna, flora e habitats classificados

5.4.1 Fauna e Flora

O grupo não explora, de forma comercial, qualquer recurso faunístico na unidade de gestão florestal pelo que não foi realizado um levantamento exaustivo dos recursos existentes.

Não obstante, são realizados contactos permanentes com as populações locais, associações de caça e outras partes interessadas, de forma a recolher informações sobre a presença provável ou comprovada de espécies de fauna e flora.

Para além do contacto regular com as populações locais está em curso um programa de identificação com recurso a especialistas, nomeadamente Biólogos, para identificação de espécies ameaçadas e endémicas ou protegidas pelas convenções Internacionais, na sua unidade de gestão florestal, do qual já foram caracterizados altos valores de conservação.

Em 2012 deu-se início aos contactos com a Associação de Conservação do Habitat do Lobo Ibérico, de forma a articular os objetivos de gestão da unidade de gestão florestal com a proteção das populações locais desta espécie.

São realizadas consultas públicas às partes interessadas de forma regular, tendo em vista a recolha de opiniões, sugestões ou a identificação de outros potenciais valores.

5.4.2 Habitats classificados

Procedeu-se a um levantamento das áreas ocupadas por habitats classificados, tendo por base a documentação técnica do Plano Sectorial da Rede Natura 2000.

O levantamento realizado não se restringe apenas à identificação da Rede Natura e de Áreas de Conservação, no terreno, os Técnicos identificam e avaliam cada uma das áreas por habitat.

PROF	Área em Rede Natura (Ha)
Alentejo	784,9216
Centro Interior	927,3078
Centro Litoral	654,2725
Entre Douro e Minho	3258,9884
Lisboa e Vale do Tejo	136,4046
Trás-os-Montes e Alto Douro	6,6529

5.5 Pragas, doenças e infestantes

A percentagem de área afetada por pragas ou doenças enquadra-se nos valores nacionais conhecidos para estes problemas. Dada a inviabilidade económica para o tratamento das zonas afetadas, é realizada uma monitorização frequente do estado de sanidade das áreas afetadas e, se considerado relevante, são adotadas as medidas mitigadoras possíveis.

Foi identificada a presença das seguintes pragas e doenças nas propriedades de 240 membros:

Tipo de doença/praga	N.º de Parcelas	Total Área Afetada (Ha)
Botryosphaeria	1	2
Escolitideos	179	221
Foracanta	1	2
Gonipterus Scutellatus	930	1891
Mycosphaerella	24	18
Nemátodo	221	569
Processionária	9	226
Total Geral	1365	2929

A área afetada encontra-se nos seguintes concelhos:

concelho	Tipo de doença/praga							Total Geral
	BOT	ESC	FOR	GON	MIC	NEM	POS	
Águeda		7,9		379,2	6,2	0,3	0,7	394
Aguiar da Beira		3,1				179,9		183
Albergaria-a-Velha				23,1	2,9	0,9		27
Alcobaça						0,0		0
Alvaiázere							3,3	3
Amarante				1,1				1
Anadia					0			0
Arganil		0,5		96,3		12,5		109
Arouca				214,2		5,4		220
Barcelos				12,9				13
Carregal do Sal		6,2			2,4	1,1		10
Castanheira de Pêra				29,8				30
Castelo Branco				6,4				6
Castelo de Paiva				41,0				41
Castro Daire		11,9		8,6				21
Celorico de Basto				6,5				7
Cinfães				2,0				2
Felgueiras				11,1				11
Figueira da Foz					0,2			0
Figueira de Castelo Rodrigo		11,0				2,5		13
Figueiró dos Vinhos				86,0				86
Fornos de algodres						8,7		9
Góis				80,0				80
Gondomar				52,1				52
Gouveia		0,9				5,3		6
Guarda		8,8						9
Leiria		0,9				97,7		99
Mangualde		5,8				13,0		19
Mealhada				0,2				0
Moimenta da Beira		9,7						10
Mortágua				120,3	1,9			122
Nelas						4,7		5
Oleiros				18,5			4,2	23
Oliveira de Azeméis				20,9		1,7		23
Oliveira de Frades		7,8		6,8				15
Oliveira do Hospital						0,3		0
Ovar					0,2			0
Pampilhosa da Serra				141,1				141
Pedrogão Grande				18,8				19
Penacova				0,7				1

concelho	Tipo de doença/praga							Total Geral
	BOT	ESC	FOR	GON	MIC	NEM	POS	
Penafiel				1,4804				1
Penalva do Castelo		3,1753				87,3463		91
Penamacor							218,0445	218
Pombal		0,8007				0,3489		1
Póvoa de Lanhoso	2,2859							2
Proença-a-Nova				46,1555				46
Santa Comba Dão		0,0644				2,3253		2
Santa Maria da Feira				0,8007				1
Santo Tirso				9,9761				10
São Pedro do Sul		60,7909		20,0379		13,7369		95
Sátão		0,8335				50,2176		51
Sertão				3,5427				4
Sever do Vouga				245,3323	0,4262			246
Soure					0,4	5,6		6
Tondela		21,2		158,4		1,4		181
Vale de Cambra				20,9		0,4		21
Vieira do Minho				0,5				1
Vila Nova de Paiva						0,2		0
Vila Velha de Rodão			2,3					2
Vila Verde		2,7						3
Viseu		13,5			2,7	34,5		51
Vouzela		43,5		6,4		38,7		89
Total Geral	2,3	221,0	2,3	1891,1	17,5	568,7	226,2	2929

A técnica da “prevenção” é considerada como fundamental e é implementada na gestão da unidade de gestão florestal.

O grupo adotou o Manual “*Identificação e Monitorização de Pragas e Doenças em Povoamentos Florestais*”, do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, como recurso técnico-pedagógico e de suporte para, entre outros, definir os métodos de avaliação e classificação dos agentes, classes de agressividade, intensidade de ataque e grau de perigosidade.

As principais **pragas** identificadas são as seguintes:

Espécie florestal	Lista de Pragas
Pinheiro	Nemátodo (<i>Bursaphelenchus xylophilus</i>); Procecionária (<i>Thaumetopoea pityocampa</i>); longicornio do pinheiro (<i>Monochamus galloprovincialis</i>); Gorgulho das pinhas (<i>Pissodes validirostris</i>); Bóstrico grande (<i>Ips sexdentatus</i>); Bóstrico pequeno (<i>Orthotomicus eromus</i>); Hilésina (<i>Tomicus piniperda</i>); Gorgulho pequeno do pinheiro (<i>Pissodes castaneus</i>); Gorgulho grande do pinheiro (<i>Hylobius abietis</i>); Torcedoura (<i>Rhyacionia buoliana</i>); Lófiro grande do pinheiro (<i>Diprion pini</i>); Lófiro pequeno do pinheiro (<i>Neodiprion sertifer</i>); Piral do tronco (<i>Dioryctria sylvestrella</i>); Lagarta das pinhas (<i>Dioryctria mendacella</i>); Cochonilha do pinheiro (<i>Matsucoccus feytaudi</i>)

Sobreiro	Lagarta do sobreiro (<i>Porthetria dispar</i>); Burgo (<i>Tortrix viridana</i>); Lagarta verde (<i>Periclistta andrei</i>); Cobrilha da cortiça (<i>Coroebus undatus</i>); Platipo (<i>Euproctis chrysorrhoea</i>); Portésia (<i>Euproctis chrysorrhoea</i>); Cobrilha dos ramos (<i>Coroebus florentinus</i>); Limantria (<i>Lymantria dispar</i>)
Carvalho	Áltica (<i>Phyllotreta atra</i> F.); Gorgulho da glande; Portésia (<i>Euproctis chrysorrhoea</i>); Limantria (<i>Lymantria dispar</i>); Malacosoma; Lagarta verde
Eucalipto	Broca do eucalipto (<i>Phoracanta semipunctata</i>); Haltica (<i>Haltica ampelophaga</i>); Portésia (<i>Euproctis chrysorrhoea</i>); Gorgulho do eucalipto (<i>Gonipterus platensis</i>); Percevejo bronzeado do eucalipto (<i>Thaumastocoris peregrinus</i>).

As principais **doenças** identificadas são as seguintes:

Espécie florestal	Lista de Doenças
Pinheiro	Seca dos ramos (<i>Diplodia pinea</i>); Podridão agárica (<i>Clitocybe mellea</i>); Podridão annosa (<i>Fomes annosus</i>); Ferrugem vesiculosa das agulhas do pinheiro (<i>Coleosporium senecionis</i>); Seca dos ramos (<i>Cenangium abietis</i>)
Sobreiro	Carvão do entrecasco (<i>Hypoxylon mediterraneum</i>); Doença da tinta (<i>Phytophthora cinnamomi</i>); Armillaria (<i>Armillaria spp.</i>); Cancro cortical (<i>Endothiaella gyrosa</i>); Podridão agárica (<i>Clitocybe mellea</i>)
Carvalho	Podridão agárica (<i>Clitocybe mellea</i>); Oídio; Podridão radicular e do colo
Eucalipto	<i>Mycosphaerella spp.</i> ; Cancro do eucalipto (<i>Botryosphaeria berengeriana</i>); Podridão castanha do cerne (<i>Polyporus sulphureus</i>); Bolor cinzento (<i>Botrytis cinerea</i>)

Relativamente a infestantes, a acácia representa a maior ameaça pois está presente em 5295 parcelas o que representa cerca de 8533 hectares de área afetada.

Espécie Invasora	N.º de Parcelas	Total Área Afetada (Ha)
Invasora Acácia	5002	8029
Invasora Ailanto	13	30
Invasora Árvore-do-incenso	7	5
Invasora Bons-dias	2	1
Invasora Cana	83	126
Invasora Erva-da-fortuna, erva-das-galinhas, tradescância	29	8
Invasora Háquea	132	320
Invasora Penachos	19	8
Invasora Robínia	6	5
Invasora Tintureira	2	0

5.6 Incêndios Florestais

O planeamento das operações florestais está definido de forma a assegurar não só a sua eficiência, mas também a evitar ou minimizar os potenciais impactes negativos e a prevenir a propagação de incêndios.

Neste âmbito, a gestão deve considerar, entre outros, os seguintes aspetos:

- Requisitos e condicionantes legais (ex.: PMDFCI) e de outra natureza.
- Critérios Pan-Europeus para a Gestão Florestal Sustentável.
- As Boas Práticas Florestais definidas para o grupo.
- Ocupação e condições do terreno e terrenos adjacentes.
- Rede viária e infraestruturas a manter, instalar ou a melhorar.
- Operações a executar, a utilização dos equipamentos corretos e mão-de-obra a utilizar.

Os dados estatísticos a seguir apresentados sobre a classificação das áreas do Grupo em relação à Perigosidade de incêndio Florestal, foram obtidos com base na Cartografia de Risco (Perigosidade de Incêndio Florestal) elaborada pela Direção Geral dos Recursos Florestais, segundo a metodologia expressa em (Verde, J. Zêzere, J.L. (2007) – Avaliação da Perigosidade de Incêndio Florestal, Actas do VI Congresso da Geografia Portuguesa, 17-20 Outubro, UNL, Lisboa).

A cartografia de risco é utilizada como ferramenta de prevenção e planeamento relativamente à Perigosidade de incêndio florestal.

Ela é fundamental no apoio à definição do melhor posicionamento dos recursos e das infraestruturas existentes e à otimização das medidas de prevenção necessárias, através da identificação das zonas de Perigosidade mais elevada.

As propriedades com maior incidência inserem-se em manchas classificadas de média a muito alta perigosidade de incêndio, sendo caracterizados por uma predominância de espécies resinosas e eucaliptos e por pontos altamente povoados, como Aveiro, Coimbra e Leiria.

Nas regiões de menor urbanidade e atração populacional encontramos manchas florestais muito extensas, onde o setor primário tem uma maior expressão e a Perigosidade de incêndio aumenta exponencialmente.

Classificação da Perigosidade de incêndio	Área (Ha)	Percentagem de área
Muito Baixa	948	2,99%
Baixa	3020	9,54%
Media	6849	21,64%
Alta	13133	41,49%
Muito Alta	7703	24,34%

Em análise à evolução da área ardida do grupo (Anexo 15), verifica-se uma diminuição considerável da percentagem de área afetadas por fogo em **2020** face ao ano anterior e em 2021 não se registou qualquer área ardida.

Ano	Área total ardida (Ha)	Percentagem de área
2009	5,66	0,55%
2010	34,32	2,69%
2011	19,91	0,99%
2012	35,19	1,17%
2013	100,85	2,59%
2014	0,28	0,00%
2015	207,83	2,55%
2016	77,05	0,64%
2017	2785,77	19,96%
2018	6,62	0,04%
2019	37,32	0,17%
2020	15,41	0,06%
2021	0,00	0,00%

A gestão destas áreas obriga a um acompanhamento mais atento, promovendo-se algumas das principais medidas de prevenção como:

- Limpeza e desbaste de matos.
- Abertura e manutenção de caminhos e aceiros.
- Manutenção de pontos de água estrategicamente distribuídos.
- Planeamento florestal que adote estratégias específicas, tais como intercalar espécies resinosas e o eucalipto com espécies folhosas.
- Divulgação de campanhas de sensibilização.

6 REGIMES LEGAIS ESPECÍFICOS

6.1 Restrições de utilidade pública

Foi reconhecida a presença de restrições e servidões relevantes para a gestão florestal, nomeadamente:

- Regime Florestal.
- REN (Reserva Ecológica Nacional).
- RAN (Reserva Agrícola Nacional).
- Aproveitamentos Hidroagrícolas.
- Rede Natura 2000.
- PMDFCI (Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios).
- PDM (Plano Diretor Municipal).
- PROF (Planos Regionais de Ordenamento Florestal).
- Rede de Telecomunicações.
- Rede de Distribuição de Energia Elétrica.
- Rede Elétrica Nacional.

Podem, para além destas, ser identificadas outras condicionantes, tais como antenas, marcos geodésicos, gasodutos, oleodutos, património arqueológico e arquitetónico, servidões militares, servidões ferroviárias e rodoviárias, ou outros instrumentos de gestão territorial ou de planeamento florestal ou outros que tenham implicação na gestão.

6.2 Instrumentos de Planeamento Florestal

O grupo adapta a gestão das suas propriedades aos requisitos dos principais instrumentos de gestão hierarquicamente superiores, tais como os Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF's) ou Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI).

Não obstante a preocupação no cumprimento da legislação aplicável, dos objetivos de produção lenhosa e de multifuncionalidade dos espaços florestais, são promovidas e implementadas ações conducentes à conservação da biodiversidade, dos valores de conservação e das áreas de proteção, tal como o desenvolvimento e suporte das economias das populações locais.

A produção sustentada de bens e serviços gerados na unidade de gestão florestal do grupo, tal como a abordagem multifuncional defendendo a integração das várias funções – produção, proteção, conservação de habitats, fauna e flora, silvo pastorícia, caça e pesca, recreio e enquadramento paisagístico - é a filosofia de trabalho dos Membros do Grupo, encontrando-se espelhada na documentação aplicável, nomeadamente, no *Manual de Gestão, Referencial Técnico, Guia de Boas Práticas Florestais, Planos Orientadores*, entre vários outros desenvolvidos nesse sentido.

Atualmente, a unidade de gestão florestal enquadra-se nos Municípios / PROF's acima identificados.

6.3 Instrumentos de gestão territorial

Estão identificadas áreas que, de uma forma total ou parcial, encontram-se inseridas por POA ou POAP. É de salientar que parte das propriedades da Unidade de Gestão Florestal insere-se em zonas de proteção de Albufeiras, com maior valor nas de Vilarinho das Furnas, Caniçada e Aguieira.

Albufeira	Concelho	Total de Área (Ha)
Açude da Raiva	Mortágua Penacova	17,0956
Aguieira	Carregal do Sal Mortágua Penacova Santa Comba Dão Tábua Tondela	246,7539
Alvito (Tejo) (barragem prevista)	Vila Velha de Rodão	33,445
Belver	Nisa Mação	12,3108
Bouça	Pedrogão Grande Sertã	31,0809
Cabril	Oleiros Pampilhosa da Serra	34,5139
Cainhas	Oliveira de Frades Vouzela	4,8245
Caniçada	Terras de Bouro	369,5355
Castelo de Bode	Abrantes Ferreira do Zêzere Sertã Tomar Vila de Rei	151,7643
Crestuma-Lever	Castelo de Paiva Santa Maria da Feira Gondomar Penafiel Vila Nova de Gaia	187,0024
Ermal (Guilhofrei)	Vieira do Minho	2,4519
Ermida	Sever do Vouga	14,4962
Fratel	Vila Velha de Rodão	62,0445
Fridão (escalão principal) (barragem prevista)	Celorico de Basto	3,8244
Fronhas	Arganil Vila Nova de Poiares	72,1035
Lapa / Sardoal	Abrantes Sardoal	16,7846
Meimoa	Penamacor	8,9973
Pedrogão	Serpa	20,2725

Albufeira	Concelho	Total de Área (Ha)
Pracana	Proença-a-Nova Vila Velha de Rodão	16,715
Ribeira do Paul	Tondela	10,268
Ribeiradio	Oliveira de Frades São Pedro do Sul Sever do Vouga	59,9566
Salamonde	Vieira do Minho	4,6327
São Domingos	Peniche	6,9773
Torrão	Marco de Canaveses Penafiel	11,2621
Toullica	Idanha-a-Nova	475,4607
Vilarinho das Furnas	Terras de Bouro	936,3495

7 CARATERIZAÇÃO DOS RECURSOS

7.1 Infraestruturas florestais

7.1.1 Rede viária florestal

A rede viária do grupo é cartografada e constitui uma base de dados conjunta denominada “rede viária”, que reúne todos os elementos da rede viária principal nacional e os elementos da rede viária da unidade de gestão florestal e é atualizada aquando da entrada de novas áreas.

São considerados os seguintes tipos de rede viária:

- Aceiros: percurso florestal permanente ou temporário onde circulam máquinas florestais e veículos de todo-terreno.
- Estradão: percurso florestal permanente, onde circulam máquinas florestais, camiões com ou sem atrelado e outros veículos florestais, onde circulam todos os tipos de máquinas e camiões durante todo o ano.
- Caminho florestal: percurso permanente onde circulam todas as máquinas, veículos e camiões, durante todo o ano.

A unidade de gestão florestal contabiliza 3601 km de rede viária.

8 CARATERIZAÇÃO E OBJETIVOS DA UNIDADE DE GESTÃO FLORESTAL

8.1 Caraterização dos recursos

Numa perspetiva de desenvolvimento económico equilibrado, são tomadas em consideração todas as oportunidades de novos mercados, de acordo com a realidade do grupo e da unidade de gestão florestal.

O objetivo da maior parte dos povoamentos cinge-se à produção de madeira de eucalipto para celulose, pelo que é dada especial relevância à indústria de celulose nacional.

Apesar da predominância do eucalipto, o pinheiro, o choupo, o freixo e o carvalho têm uma participação de menor significado.

A produção florestal está, igualmente, associada às atividades agrícolas, pastoris, cinegéticas, piscatórias, educativas, desportivas, entre outras, bem como à criação e manutenção de serviços diversos, como a captação de água, proteção dos solos, conservação da biodiversidade, armazenamento de carbono e a proteção de valores históricos e culturais.

Os produtos e serviços que o grupo pode gerar são os seguintes:

Produtos	Aplicação
Eucalipto	Rolaria para Pasta • Rolaria para Serração/Laminação • Rolaria para Aglomerados/MDF • Rolaria e Resíduos para Biomassa/ Energia/Pellets
Pinheiro	Rolaria para Pasta • Rolaria para Serração/Laminação • Rolaria para Aglomerados/MDF • Rolaria e Resíduos para Biomassa/ Energia/Pellets • Rolaria para Carpintaria
Choupo	Rolaria para Serração/Laminação • Rolaria para Aglomerados/MDF • Rolaria e Resíduos para Biomassa/ Energia/Pellets • Rolaria para Carpintaria
Outras espécies	Rolaria para Pasta • Rolaria para Serração/Laminação • Rolaria para Aglomerados/MDF • Rolaria e Resíduos para Biomassa/ Energia/Pellets • Rolaria para Carpintaria
Produtos não lenhosos	Cortiça • Mel • Pinhas • Pinhões • Frutos
Outros	Armazenamento de Carbono • Lazer • Educação • Conservação de Recursos Naturais

Considerando ainda o princípio de viabilidade económica e diversidade, são utilizados os recursos e dinamizadas as potencialidades existentes na Unidade de Gestão Florestal, entre elas:

Tipo de atividade	Descrição
Caça	Uma parte da área total da unidade de gestão florestal está integrada em zonas de caça. acesso às áreas florestais para o exercício da caça é livre, devendo respeitar-se, no entanto, a legislação aplicável.
Pastorícia	Os membros podem facultar o pastoreio de rebanhos de pastores locais nas suas áreas. A pastorícia é autorizada numa perspetiva de boa vizinhança e sinergia.
Apicultura	É uma atividade presente nas áreas florestais dos Membros, em regime de apiários permanentes ou temporários e constitui um complemento do rendimento de vários membros do grupo.
Água	Nas propriedades onde existem fontes de água de reconhecida qualidade, são normalmente criadas condições para o acesso das pessoas, muitas vezes envolvendo a respetiva Junta de Freguesia ou outras entidades. O grupo reconhece a importância de construir-se e manter-se pontos de água que, para além de disponibilizarem água para diversos fins, são importantes pontos para o reabastecimento de água dos meios de combate aos incêndios florestais.
Colheita de plantas	A apanha de plantas, ervas aromáticas, cogumelos ou outros, regras geral, deve ser facultada, devendo, em casos específicos, ser sujeita ao controle por parte dos Membros.

8.1.1 Caraterização geral

8.1.2 Compartimentação da propriedade

As áreas que constituem a unidade de gestão florestal encontram-se distribuídas por unidades de gestão mais específicas - parcela - e as mais abrangentes - propriedade.

As propriedades com área inferior a 500 hectares são geridas de acordo com a definição de “SLIMF”, ou seja, florestas de pequena dimensão e baixa intensidade de gestão.

8.1.3 Definição e delimitação das parcelas

A caraterização da estrutura parcelar da unidade de gestão florestal encontra-se em suporte informático.

8.2 Componente silvo pastoril

Não se verificam atividades de silvo pastorícia.

8.3 Componente cinegética, aquícola e apícola

Parte da unidade de gestão florestal está integrada em zonas de caça - turística, associativa e municipal - geridas pelos Municípios ou pelas populações locais organizadas em associações.

O acesso às áreas florestais para o exercício da caça é livre, respeitando-se, no entanto, o respetivo Plano de Exploração Cinegético.

Os Membros e os Técnicos Florestais do grupo realizam ações de acompanhamento e verificação das atividades desenvolvidas e dos potenciais dados verificados.

Nas propriedades em que a caça se encontra em “regime livre” a fiscalização é, por lei, de responsabilidade das autoridades competentes, devendo os membros alertar as autoridades ou a Administração do grupo caso detetem situações irregulares.

8.4 Componente de recursos geológicos e energéticos

Não se verificam locais de exploração de inertes ou outros recursos geológicos.

Relativamente aos recursos energéticos, está previsto o aproveitamento, nomeadamente de resíduos de corte (cascas, bicadas, ramos) que podem ser comercializados para produção de energia ou *pellets*.

8.4.1 Caraterização dos recursos energéticos

O grupo prevê o aproveitamento de parte dos resíduos para venda a clientes, nomeadamente como biomassa, de forma a aumentar a produtividade da área.

Por outro lado, considera-se que os resíduos vegetais e os resíduos de corte deixados sobre o solo funcionam como uma camada isolante entre a atmosfera e o solo, sendo um fator de importância primordial para a proteção do solo contra a erosão e a compactação, redução da infestação por plantas invasoras, diminuição da temperatura do solo e consequente redução das perdas de água por evaporação.

Além disso, como matéria orgânica, os resíduos culturais são fontes de nutrientes e matéria orgânica decomposta, que contribuem para manter ou aumentar a atividade biológica, a capacidade de retenção de água e a fertilidade do solo. Neste âmbito, não está prevista o aproveitamento dos matos, seja em sub-bosque, seja em formações arbustivas, pela sua importância para a biodiversidade e proteção dos solos.

8.4.2 Caraterização dos recursos geológicos

A unidade de gestão florestal não apresenta locais de exploração de inertes ou de quaisquer outros recursos geológicos.

8.4.3 Definição dos objetivos da unidade de gestão florestal

Objetivos gerais

A Administração define objetivos para o grupo e para a gestão florestal, tendo em consideração, entre outros, a realidade, as normativas aplicáveis, a análise de resultados, os planos de ação, as perspetivas de negócio, a conjuntura de mercado, as necessidades da gestão e os compromissos assumidos.

O grupo Unifloresta tem como objetivos gerais:

- Orientar as suas ações em conformidade com as exigências das Normas FSC®-STD-01 001 e NP 4406 e com todos os documentos desenvolvidos para o grupo Unifloresta.
- Criar processos dinâmicos que assegurem o fornecimento conforme as especificações de clientes.
- Cumprir com os requisitos legais aplicáveis, os Critérios Pan-Europeus para a Gestão Florestal Sustentável e os Princípios e Critérios do FSC®.
- Melhorar continuamente a eficácia do sistema de gestão.
- Receber e responder a questões colocadas pelas partes interessadas.
- Implementar um conjunto de regras que caracterizem um modelo de gestão florestal aplicável às áreas sob responsabilidade dos Membros, em conformidade com os *Princípios e Critérios do FSC®*, com a *NP 4406*, a *Política Florestal* e com outros padrões que sejam considerados apropriados.
- Promover e manter em conformidade, e numa perspetiva de longo prazo, a certificação da gestão florestal desenvolvida e conduzida pelo grupo, segundo os *Princípios e Critérios do FSC®* e a *NP 4406*, além de outras medidas que sejam adotadas.

9 ADEQUAÇÃO AOS PROF's

O grupo estabelece um paralelo de objetivos comuns entre cada Plano Regional de Ordenamento Florestal e a gestão da unidade de gestão florestal.

A exposição das principais ações e atividades desenvolvidas e monitorizadas estão estabelecidas nos seguintes documentos:

- *Apresentação Pública dos Indicadores da NP 4406.*
- *Contributo da Unidade de Gestão Florestal para os Objetivos dos PROF.*

10 PROGRAMAS OPERACIONAIS

10.1 Programa de gestão da biodiversidade

Os espaços florestais apresentam, em diferentes escalas de importância, valores ambientais e sociais.

Entre os valores que as florestas do grupo podem conter, podemos incluir a presença de espécies raras, áreas de recreio, valores culturais ou outros recursos naturais tradicionalmente utilizados e colhidos pela população local. Quando estes valores forem considerados de carácter excecional ou de importância crítica, a área deve ser classificada como Floresta de Alto Valor de Conservação (FAVC) e gerida de acordo com um **Plano de Gestão da Biodiversidade**, que define as ações necessárias à identificação das Florestas de Alto Valor de Conservação e implementação de medidas de gestão e monitorização que visam a conservação e valorização da biodiversidade existente na unidade de gestão florestal, apresentando-se como um instrumento de orientação estratégico para a prossecução de uma política integrada de desenvolvimento sustentável do grupo.

A unidade de gestão florestal é constituída, na sua maior parte, por propriedades de produção lenhosa, tendo-se, no entanto, identificado e rastreado propriedades que apresentam atributos de conservação, para além de outros atributos considerados significativos pelo grupo e cujos valores tornam os ecossistemas existentes relevantes em termos de conservação.

Desta forma, o grupo considera como parcelas de conservação:

- Parcelas ocupadas ou com presença significativa de sobreiro, azinheira e azevinho (espécies protegidas).
- Parcelas ocupadas com quercíneas diversas, com outras espécies autóctones ou com outras menos representadas.
- Faixas ripícolas, a partir da margem de linhas de água permanentes, temporárias e de outros pontos de água (charcas, albufeiras, etc.).
- Parcelas com valores associados a cultura, lazer, recreio e educação.
- Parcelas com a presença de outras espécies (fauna/flora) raras, ameaçadas e em perigo de extinção ou respetivos habitats.
- Parcelas consideradas sensíveis à proteção e conservação do solo.

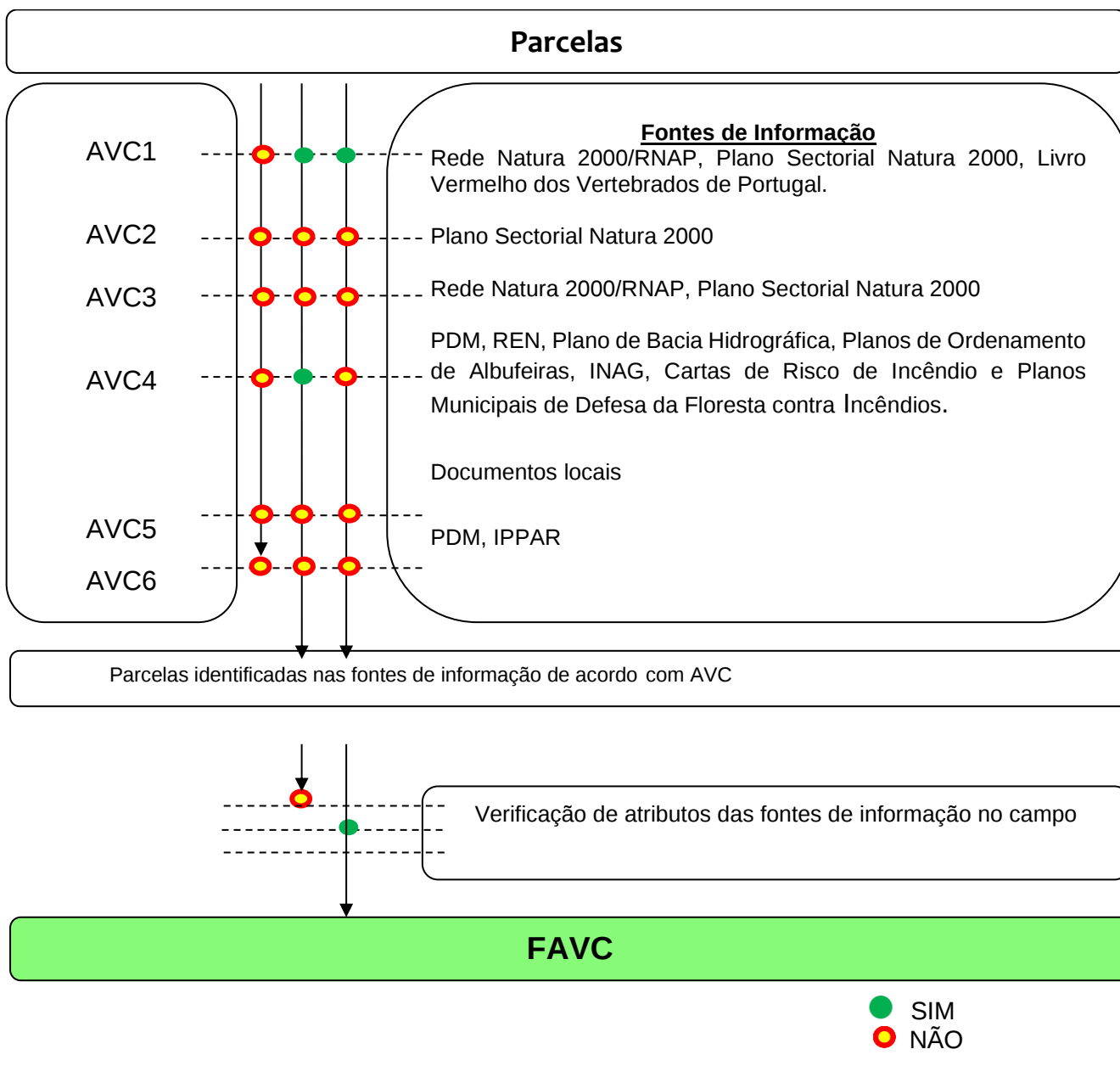
As parcelas de produção podem apresentar atributos de conservação identificados e não mapeados, por representarem uma área diminuta.

Sempre que se justifique, poderão ser consideradas áreas de proteção onde a intervenção é muito condicionada ou limitada. Todas estas propriedades são objeto de um acompanhamento específico, tecendo-se esforços crescentes para a sua proteção, enriquecimento e otimização das suas funções. Uma vez identificadas estas propriedades, o modelo de silvicultura aplicado é adaptado à sua presença e às suas necessidades específicas, de forma a manter e melhorar o estado de conservação dos atributos referidos.

A identificação e classificação de Altos Valores de Conservação pressupõe a existência de um, ou mais, dos atributos a seguir descritos:

- AVC 1 – Diversidade específica. Concentrações de diversidade biológica, incluindo espécies endémicas e espécies raras, ameaçadas ou em perigo, que têm relevância ao nível global, regional ou nacional.
- AVC 2 – Ecossistemas e mosaicos à escala da paisagem. Paisagens florestais intactas e grandes ecossistemas e mosaicos de ecossistemas à escala da paisagem que têm relevância ao nível global, regional ou nacional, e que possuem populações viáveis da maioria das espécies autóctones com padrões naturais de distribuição e abundância.
- AVC 3 – Ecossistemas e habitats. Ecossistemas, habitats ou refúgios raros, ameaçados ou em perigo.
- AVC 4 – Serviços dos ecossistemas críticos. Serviços dos ecossistemas básicos em situações críticas, incluindo proteção de captações de água subterrâneas ou superficiais e controlo de erosão nos solos e encostas vulneráveis;
- AVC 5 – Necessidades das comunidades locais. Locais e recursos fundamentais para satisfazer as necessidades básicas das comunidades locais (subsistência, saúde, nutrição, água, etc.), identificadas através do envolvimento com estas comunidades.
- AVC 6 – Valores culturais. Locais, recursos, habitats e paisagens de significado cultural global ou nacional, arqueológico ou histórico, e/ou de importância cultural, ecológica, económica ou religiosa/sagrada crítica para a cultura tradicional das comunidades locais, identificadas através do envolvimento com estas comunidades.

A Identificação destes valores tem por base o funcionamento descrito no fluxograma exemplificativo seguinte:



A parcela identificada como FAVC é caracterizada e é criado um *Plano Operacional* específico para cada parcela na base de dados. Estas propriedades são objeto de consulta pública, os atributos são monitorizados e vistoriados com uma periodicidade mínima de um ano. Caso se verifiquem alterações às características ou atributos identificados inicialmente, as informações são atualizadas.

Caso seja necessário, podem ser levantadas ações corretivas ou de melhoria.

10.2 Programa de gestão da produção lenhosa

O planeamento das operações florestais é fundamental para assegurar a sua eficiência, o cumprimento dos objetivos do grupo e evitar ou minimizar os potenciais impactes negativos, assim como responder às expectativas dos membros.

No **Referencial Técnico – Produtos Lenhosos** estão definidos um conjunto de procedimentos para o planeamento e execução das operações florestais, requisitos técnicos, indicações e outros tipos de ações, para orientar os membros na prossecução dos principais objetivos de gestão.

10.2.1. Eucalipto

A espécie mais utilizada em Portugal para a indústria de celulose, é o *Eucalyptus globulus*, uma espécie exótica introduzida no país, originária da Tasmânia, Austrália, de rápido crescimento e bem adaptada, apresentando bons índices de produtividade na maior parte das condições edafo-climáticas encontradas em Portugal.

A produção do eucalipto está sujeita a fatores limitantes e potenciais. A diversidade de combinações de solo e clima no território nacional traduz-se em diferentes níveis de aptidão para a espécie.

Solos:

Parâmetros edáficos mais condicionantes do processo produtivo:

- Capacidade do solo disponibilizar água para a planta;
- Volume de solo explorável pelas raízes;
- Resistência ao desenvolvimento radicular;
- Características químicas ou físicas fortemente impeditivas do desenvolvimento das plantas (ex: calcário ativo, hidromorfismo etc.).

O eucalipto adapta-se a uma grande variedade de solos, apresentando melhores desenvolvimentos em solos férteis, limo-argilosos e bem drenados. Não tolera solos mal drenados ou calcários.

Clima:

Parâmetros climáticos mais relevantes, principalmente por condicionarem a disponibilidade de água para a planta ao longo do ano:

- Precipitação total anual.
- Número de dias em que ocorre precipitação.
- Distribuição ao longo do ano.
- Ocorrência de precipitação nos meses mais quentes.
- Intensidade e duração do calor e do frio.
- Probabilidade de ocorrência de geadas.

Assim, e referindo às situações climáticas portuguesas, precipitações inferiores a 600 mm são limitantes ao desenvolvimento. As precipitações mais elevadas, e com distribuições mais regulares ao longo do ano, correspondem a melhores crescimentos, desde que não existam outros fatores limitantes como sejam a altitude, temperaturas baixas, as geadas e os ventos.

O *Eucalyptus globulus* é fortemente afetado em situações com temperaturas médias anuais inferiores a 10°C ou com uma temperatura média mensal do mês mais frio inferior a 7°C. Além disso, é também sensível a períodos longos com défices hídricos (mais de 5 meses).

Em relação às geadas, é uma espécie sensível, não tolerando temperaturas negativas por um período prolongado de tempo nem um número de dias de geada por ano superior a 40. Em situações em que a geada constitua um fator limitante (altitudes entre: 350 a 700 metros), poderão ser utilizadas outras espécies como *Eucalyptus nitens* (se as precipitações forem superiores a 900 mm/ano) ou então híbridos de eucalipto.

Relevo:

A altitude é outro parâmetro que pode condicionar fortemente o desenvolvimento da espécie.

O aumento da altitude implica uma diminuição das temperaturas, levando a que, em Portugal, acima dos 700 ou 800 metros se exija a mudança de espécie de eucalipto, recomendando-se *Eucalyptus nitens* em vez do *Eucalyptus globulus*. Para além desta limitação, o ataque por *Gonipterus platensis* pode ser limitante em altitudes superiores a 500 metros.

A silvicultura para a produção de rolaria de eucalipto baseia-se na instalação e no corte raso da floresta, normalmente entre os 10 e 15 anos, com o aproveitamento total da madeira, retirada do local com ou sem casca (talhadia simples).

Prioritariamente é feita a condução em talhadia por mais 1, 2 ou até 3 cortes, procedendo a seleção de rebentos. A partir da última colheita considerada produtiva, a área deve ser, então, reflorestada.

Em povoamentos mistos com pinheiro, o sistema baseia-se no desbaste da floresta, de forma a deixar um percentual de árvores remanescentes para aproveitamento futuro, fazendo a condução dos rebentos das cepas das árvores de eucalipto cortadas (talhadia composta).

Deve haver um cuidado especial durante as operações de instalação, condução ou exploração, à proteção de sobreiros e azinheiras encontrados na área. Recomenda-se que seja respeitado uma faixa de dois metros ao redor da copa das árvores adultas e de quatro metros das jovens, onde não deve haver qualquer operação.

No caso de operações de exploração, deve evitar-se a quebra de galhos, além de efetuar a desvitalização dos cepos de eucaliptos que estejam dentro destas faixas, mesmo quando se trata de propriedades destinadas à condução de rebentos.

O objetivo desta medida é proporcionar condições adequadas de insolação para estas espécies, que são protegidas por lei e representam importantes fontes de rendimento, abrigo e alimentação para a fauna.

O grupo orienta a gestão das suas propriedades, de acordo com os seguintes modelos silvícolas:

EUCALIPTO (1ª rotação)	
Idade indicativa/anos	Planeamento das atividades
0	Preparação do terreno + fertilização + plantação (plantas/ha: 1100 a 1400;compasso:4x2,5 a 3,5 x 2m)
1	Retancha + sacha + amontoa
2 a 6	1 ou 2 fertilizações + controlo de vegetação
7 a 10	Controlo de vegetação + manutenção de caminhos e aceiros
10 a 15	Corte + manutenção de caminhos

EUCALIPTO (2ª, 3ª ou mais rotações)	
Idade indicativa/anos	Planeamento das atividades
1 a 6	1 ou 2 fertilizações + controlo de vegetação + 1 ou 2 seleções de rebentos
7 a 10	Controlo de vegetação + manutenção de caminhos e aceiros
10 a 15	Corte + manutenção de caminhos

10.2.2 Pinheiro Bravo

O pinheiro bravo, ou *Pinnus pinaster*, é uma espécie consagrada em Portugal, considerada autóctone e responsável por movimentar uma fileira muito importante para o ambiente socioeconómico do país.

A silvicultura para a produção de rolaria de pinheiro baseia-se na instalação, poda de formação ou desrama e numa sequência de desbastes da floresta, de forma a deixar um percentual de árvores remanescentes para o corte final entre 40 e 60 anos (alto fuste).

- **Instalação** – A plantação faz-se normalmente com base numa preparação do solo, que consiste numa subsolagem em curva de nível e numa densidade de cerca de 1200 plantas por hectare. Simultaneamente, na plantação faz-se uma fertilização localizada com adubo composto de NPK, do tipo 1:33:, à razão de 150 gr/planta.

- **Manutenção** – As primeiras intervenções dependem da concorrência inicial das infestantes, que podem merecer uma sacha anual, nos primeiros 3 a 4 anos, complementadas com gradagens descontínuas.

Por volta dos 8 a 10 anos será feita uma poda de formação ou desrama, que passa pela eliminação dos andares inferiores da copa, sem nunca ultrapassar o equivalente ao primeiro terço inferior da copa.

Entre os 11 e 20 anos de idade poderá ocorrer o primeiro desbaste, suficiente para que as copas não se toquem e, eventualmente, por volta dos 21 a 30 anos, um novo desbaste, até se atingir uma densidade média de cerca de 550 a 700 árvores por hectare, dependendo das potencialidades da estação, podendo haver a necessidade de efetuar-se um terceiro desbaste entre os 31 e 40 anos.

Ao longo de toda a rotação, faz-se a conveniente manutenção da vegetação espontânea, controlando-a e, assim, diminuindo o risco de incêndio e a concorrência pelos micronutrientes.

- **Exploração** – O corte pode ocorrer entre os 40 e os 60 anos, dependendo das condições da estação.

Este fator, decisivo para o saudável desenvolvimento vegetativo, deverá ser determinante na decisão de proceder ao corte, já que se deve procurar aproveitar o máximo crescimento possível, em boas condições sanitárias, obtendo assim madeira da melhor qualidade e dimensões, com uma utilização certamente mais nobre.

PINHEIRO BRAVO	
Idade indicativa/ anos	Planeamento das atividades
0	Plantação / sementeira + preparação do terreno + fertilização (adubação tipo: 1:3:3)
1 a 2	Retancha
3 a 7	Controlo de vegetação
8 a 10	Poda de formação + controlo de vegetação
11 aos 20	1º desbaste
21 aos 30	2º desbaste
31 aos 40	3º desbaste
40 aos 60	Corte

10.2.3 Choupo

Em situações de solos permanentemente húmidos, o grupo incentiva a plantação de áreas de choupo (*populus* sp.), explorado em rotações curtas para produção de madeira para a indústria do mobiliário e outras.

Instalação – Dada a natureza dos solos (profundos e húmidos), a preparação de terreno faz-se no final do verão ou início do outono.

O compasso normalmente utilizado é de 4X4 metros. As plantas provenientes de estacas rebentadas com um ano são plantadas o mais profundamente possível (0,5 metros), para que se desenvolva um bom sistema radicular. A plantação é feita no Inverno, entre dezembro e fevereiro.

A adubação é localizada, utilizando-se 200 gramas de adubo NPK 1:3:1 ou 1:3:3, consoante o resultado da análise do solo.

- **Manutenção** - Normalmente há uma forte concorrência de infestantes, o que obriga a duas intervenções de sacha manual localizada, complementadas com gradagens superficiais durante os primeiros quatro anos. São igualmente feitas duas ou três adubações azotadas, podendo utilizar-se adubo NI 26%, 200 a 300 gramas /planta, ou aplicar ureia em concentrações equivalentes.

Durante os primeiros 3 a 4 anos é muito importante proceder a derramas ou podas, de forma a evitar bifurcações e valorizar a madeira, cujo destino são unidades fabris onde os toros são desenrolados.

- **Exploração** – O corte final pode ocorrer entre os 14 e os 17 anos, de acordo com o crescimento.

CHOUPO	
Idade indicativa/anos	Planeamento das atividades
0	Preparação do terreno+fertilização+plantação (plantas/ha: 600; compasso:4x4m)
1 a 4	sacha + fertilização + 2 ou 3 podas
5 a 13	controlo de vegetação + manutenção de caminhos
14 a 17	Corte

10.2.4 Sobreiro

O sobreiro (*Quercus suber*), é uma espécie autóctone que tem a sua melhor zona de desenvolvimento ecológico a região sub-mediterrânica de Portugal, o que traduz-se, em termos geográficos, na maior parte do Vale do Tejo e todo o Alentejo litoral.

Pode ser observado um pouco por todo o país, quer em núcleos de vegetação, quer isolado.

Tem normalmente as suas melhores condições de desenvolvimento nas regiões basais, com altitudes inferiores a 200 metros, embora a espécie seja bastante tolerante até aos 700 metros de altitude.

Acima dos 700 metros desenvolve-se, principalmente, em exposições abrigadas.

Quanto às condições climáticas, prefere zonas com uma precipitação total anual entre 600 e 800 mm e temperaturas médias entre 15°C e 19 °C.

São consideradas limitantes as zonas com precipitações totais inferiores a 400 mm anuais.

Trata-se de uma espécie relativamente plástica em termos de solos, tendo como referência os solos de Portugal continental.

No entanto, prefere solos profundos e permeáveis, sendo apenas verificadas dificuldades de desenvolvimento nos solos calcários e muito argilosos.

Silvicultura do sobreiro:

Instalação – Para o repovoamento do montado, o processo mais adotado consiste no aproveitamento da regeneração natural.

Quando não for possível obter uma densidade adequada, o adensamento é efetuado recorrendo-se à plantação.

A densidade inicial deverá ser de 600 a 650 plantas/ ha. No caso da instalação artificial, a preparação de terreno deve ser efetuada em curva de nível e ser ligeira e descontínua.

A fertilização é, normalmente, efetuada com superfosfato.

- Manutenção - O controlo da vegetação, se necessário, deverá ser efetuado em faixas descontínuas ou em manchas. Deverão ser utilizados corta-matos ou grades muito ligeiras. Normalmente, é realizado 2 anos após a instalação e, posteriormente, de 5 em 5 anos.

A primeira poda de formação é efetuada quando o sobreiro atinge 3 metros, sendo as seguintes realizadas 3 anos após à desbóia e 2º extração de cortiça (secundeira).

As podas de manutenção são efetuadas após os 30 anos, com uma periodicidade média de 25 anos.

Os desbastes são efetuados por volta dos 10 e 15 anos de idade e 3 anos após a extração da cortiça virgem e secundeira.

Depois são efetuados com uma periodicidade de 15 a 20 anos, conforme tabelas em função da CAP (circunferência à altura do peito).

- Exploração – Extração de cortiça – A desbóia (1ª extração de cortiça virgem) é efetuada por volta dos 16 a 18 anos, seguindo-se extrações com uma periodicidade de 9 ou 10 anos.

A extração de cortiça é efetuada segundo parâmetros definidos por lei. A venda é, normalmente, efetuada na árvore, podendo no entanto ser feita após empilhamento.

Por regra, a cortiça é extraída em pau batido, mas podem verificar-se locais onde parte é efetuada em meças.

A explorabilidade do sobreiro situa-se entre os 100 e 150 anos.

SOBREIRO	
Idade indicativa/ anos	Planeamento das atividades
0	Preparação do terreno + plantação ou sementeira + fertilização (plantas/ha: 600;compasso:4x4m)
1	Retanchas
2 a 5	Controlo de vegetação + sacha e amontoa
6 a 10	1º Desbaste + controlo de vegetação + 1ª poda de formação
11 a 15	2º Desbaste + controlo de vegetação
16 a 18	Desbóia (1ª extração de cortiça)
19 a 22	3º Desbaste + controlo de vegetação + 2ª poda de formação
23 a 27	2ª extração de cortiça
28 a 30	4º Desbaste + 3ª poda de formação
31 a 36	Amadia (e sucessivo descortiçamento em cada 9 anos)
37 a 44	Poda de manutenção (sucessivamente em intervalos de 25 anos)
45 a 100	Desbastes (em cada 15/20 anos)+ descortiçamento (em cada 9 anos)+ poda de formação
100 a 150	Corte

10.2.5 Instalação de outras espécies

O Grupo promove a plantação de outras espécies, tanto para fins produtivos, como para fins de conservação, aumento da biodiversidade ou enriquecimento paisagístico.

A manutenção dependerá do objetivo da plantação e das condições de cada local, e o Plano de Gestão será definido de acordo com cada caso, havendo, de qualquer forma, a preocupação com aspetos ambientais, sociais e económicos das intervenções.

De seguida, apresenta-se uma breve descrição das espécies com menor representatividade:

▪ Freixo (*Fraxinus excelsior*)

A madeira é clara, resistente e elástica e tem como destino serrações, serralharia e revestimentos de interiores

Utiliza-se no fabrico de equipamento de ginástica, equipamento desportivo, e de uma variedade de objetos utilitários.

É uma espécie de conservação de zonas ripícolas de linhas de água, charcas, albufeiras e outros pontos.

▪ Castanheiro (*Castanea sativa*)

A madeira é de peso médio e bastante dura e forte. A sua resistência à deterioração ao ar livre é apenas moderada, mas dentro de água é boa, pelo que também é utilizada em estruturas de pontões e cais e na construção naval.

Além dos seus frutos comestíveis, fornece madeira de excelente qualidade, usada no fabrico de parquês e em tornearia, mobiliário, estruturas de suporte, desenrolamento (contraplacados) e corte plano (folheados).

Para além destas utilidades, é utilizada para cestaria, toneis e ornamental.

▪ **Cerejeira-brava** (*Prunus avium*)

A madeira é bastante dura, forte, flexível e elástica.

É utilizada em trabalhos delicados para estruturas interiores, folheado, mobiliário, embutidos, artigos decorativos, corrimões de escadarias, instrumentos musicais e bengalas. Também é utilizada em oficinas de tornearia e marcenaria. É um folheado muito valioso.

▪ **Cedro do Buçaco** (*Cupressus lusitanica*)

A madeira é maciça, com alta durabilidade muito importante para mobiliário de qualidade.

É também utilizado para painéis decorativos (laminados), carpintaria fina (caixas decorativas, arcas e cofres), Contraplacados e folheados (toragem pouco nodosa), aglomerados, celulose (pasta para papel).

▪ **Faia** (*Fagus sylvatica*)

É uma espécie comercial importante. A sua madeira é dura, o que a torna ideal para cabos de ferramentas, equipamento desportivo, marcenaria, decoração de interiores, tábuas para soalho e parqué, além de instrumentos musicais, em especial pianos e órgãos. É também uma excelente lenha.

▪ **Carvalho-americano** (*Quercus rubra*)

A madeira é dura, de peso médio, forte e muito porosa. Utiliza-se em decoração de interiores, na camada superficial de folheados e no fabrico de mobiliário. Impregnada, pode ser usada na construção de travessas para caminhos-de-ferro e estruturas exteriores.

▪ **Nogueira** (*Juglans regia*)

A madeira é de peso médio, bastante dura e extremamente flexível. Não é muito durável e resiste mal aos elementos atmosféricos. A noqueira é usada como madeira maciça ou em folheado no fabrico de mobiliário de grande qualidade, painéis, parquets, artigos utilitários, tornearia e marcenaria.

▪ **Oliveira** (*Olea europeia*)

Uma oliveira pode viver 1.000 anos. É cultivada pelas azeitonas e pelo azeite, mas a sua madeira é muito apreciada pelas indústrias da tornearia e do mobiliário. É dura, pesada e durável. Entre os produtos com ela fabricados contam-se caixas, bengalas e pequenos objetos decorativos.

▪ **Carvalho português** (*Quercus faginea*)

Madeira de densidade pesada, muito retrátil. É muito utilizada na construção - estruturas, carpintarias e pavimentos - e na marcenaria.

10.3 Programa de gestão do aproveitamento dos recursos não lenhosos e outros serviços associados

Considerando ainda o princípio de “viabilidade económica e diversidade”, cabe aos Membros do grupo aproveitar os recursos sob sua responsabilidade.

Devem informar a Administração e controlar as condições em que as atividades são desenvolvidas nas suas propriedades, de acordo com o **Referencial Técnico – Produtos florestais não lenhosos**, onde se elencam os requisitos gerais de gestão, controlo e monitorização da produção e de atividades relacionadas com a gestão de produtos florestais não lenhosos na unidade de gestão florestal do grupo Unifloresta.

▪ **Caça**

Uma parte da área total da unidade de gestão florestal está integrada em Zonas de Caça (Turística, Associativa e Municipal) geridas pelos Municípios ou pelas populações locais organizadas em associações. O acesso às áreas florestais, para o exercício da caça, é livre, respeitando no entanto o respetivo Plano de Exploração Cinegético, aprovado pelas autoridades competentes, sendo o acompanhamento e fiscalização (datas, espécies, quantidade, recolha de lixo e cartuchos, incêndios etc.) da responsabilidade dos guardas daquelas associações.

Nas propriedades em que a caça se encontra em “regime livre” a fiscalização é, por lei, de responsabilidade das autoridades competentes, devendo os membros alertar as autoridades ou a Administração do grupo caso detetem situações irregulares.

▪ **Pastorícia**

Os membros podem facultar o pastoreio de rebanhos de pastores locais nas suas áreas. Este pastoreio é autorizado numa perspetiva de boa vizinhança e sinergia.

Deve ser dada especial atenção, por parte dos membros, ao pisoteio em épocas de maior encharcamento do solo e em povoamentos jovens, com plantas ainda muito pequenas. Também merece atenção a influência do pastoreio sobre a regeneração natural em áreas de proteção e de conservação.

▪ **Apicultura**

É uma atividade presente nas áreas florestais dos membros, em regime de apiários permanentes ou temporários. Os apiários não podem ser implantados a menos de 100 metros da via pública ou qualquer

edificação em utilização, com exceção dos caminhos rurais e agrícolas, bem como as edificações destinadas à atividade apícola do apicultor detentor do apiário. Aquando do planeamento das operações florestais, os membros devem considerar a necessidade de comunicar e solicitar o devido tratamento aos apicultores, podendo ser necessário a retirada dos apiários.

▪ Água

Nas propriedades onde existem fontes de água de reconhecida qualidade, são normalmente criadas condições para o acesso das pessoas, muitas vezes envolvendo a respetiva Junta de Freguesia ou outras entidades.

O grupo reconhece a importância de construir-se e manter-se barragens ou charcas que, para além de disponibilizarem água para pesca, rebanhos, fauna e para outros fins, são importantes pontos para o reabastecimento de água dos meios de combate aos incêndios florestais.

▪ Colheita de plantas

A apanha de plantas para usos como alimento, medicamento e outros fins, como ervas aromáticas, cogumelos e aspargos, deve ser facultada nas propriedades, sempre sujeitas ao controle e chamadas de atenção por parte dos membros.

▪ Colheita de frutos e bagas silvestres

A utilização de frutos e bagas silvestres para consumo humano, na sua forma simples ou para a produção de produtos transformados (aguardente, doces, compotas, etc.) é uma atividade secular e transversal a toda a população rural.

A exploração sustentável destes produtos nas unidade de gestão florestal passa por uma gestão adequada dos mesmos e do respeito pelas espécies e habitats envolventes.

10.4 Programa de infraestruturas

A rede viária existente numa área florestal deve permitir a realização de todas as operações necessárias à exploração florestal. O equipamento deve ser adequado às características existentes, por forma a minimizar os impactes e a maximizar o seu rendimento.

Não devem ser efetuadas operações de manutenção ou construção de infraestruturas em condições de humidade elevada do solo, devendo, por isso, evitar-se a realização destas operações nas estações chuvosas.

Sendo a rede viária uma potencial causa de erosão em áreas florestais, na sua construção e manutenção deve ser dada especial atenção ao comportamento da água. Deve ser evitada a concentração de água nos caminhos,

devendo esta ser conduzida para a rede de drenagem natural de maneira segura, com pouca velocidade e o mais livre possível de sedimentos.

Deve ser dada atenção especial aos pontos de atravessamento de linhas de água, mantendo a estabilidade do leito e das margens e evitando a chegada de sedimentos a estes pontos.

Tanto para a construção como para a manutenção dos caminhos, os proprietários confinantes no caminho devem ser devidamente informados (ou, na impossibilidade de o fazer, informar a Junta de Freguesia local).

Em caso de descoberta de vestígios arqueológicos, devem ser informadas as entidades competentes, suspendendo-se os trabalhos até que esta informe os procedimentos a adotar.

Devem ser ponderados os seguintes aspetos na construção e manutenção dos caminhos:

- Caraterísticas das unidades de transporte que neles irão circular.
- Tipo e caraterísticas do solo.
- Áreas de proteção.
- Inclinações transversais e longitudinais dos caminhos.
- Drenagem (construção e manutenção de valetas, instalação de aquedutos e caixas de derivação, construção de saídas de água).
- Atravessamento de linhas de água.
- Construção e manutenção de pontes.
- Pontos de cruzamento de unidades de transporte e inversão de marcha.

Os caminhos devem ser planeados de forma a minimizar a sua quantidade e a maximizar a acessibilidade da área, bem como a manter o comportamento adequado e a qualidade da água a jusante. O espaçamento deve ser otimizado tendo em conta os custos de construção e os benefícios.

Se, no processo de planeamento de um novo caminho, forem identificados caminhos antigos que cumpram as normas de inclinação e desenho, estes devem ser integrados no traçado do novo caminho.

Devem ser respeitadas as áreas de proteção às linhas de água permanentes e temporárias. Estas devem ser superiores a 20 metros nas permanentes e temporárias e 10 metros nas efémeras, constituindo, assim, uma faixa de proteção da qualidade da água (exceção feita à travessia das linhas de água).

Deve ser evitada a construção de caminhos em áreas de solos sensíveis.

10.5 Programa das operações silvícolas mínimas

As atividades florestais mínimas são constituídas e caracterizadas da seguinte forma:

Atividades de suporte	Conjunto de operações necessárias ao planeamento e controlo da gestão florestal e para viabilizar a produção, incluindo a recolha de informação (cadastro/base de dados), a elaboração e emissão de documentos e registos, o acompanhamento e controlo operacional, o atendimento de situações de emergência, a gestão dos resíduos, as operações de construção e manutenção de estradas e caminhos, além de outras.
Atividades de instalação	Conjunto de operações que se destinam a garantir a formação de um povoamento florestal. Normalmente inclui preparação do terreno, plantação ou condução da regeneração, fertilização e retanção.
Atividades de manutenção e condução	Conjunto de operações que decorrem durante o ciclo de crescimento de um povoamento, tendo em vista a optimização do potencial de produção e a sua proteção contra pragas, doenças, incêndios e outros distúrbios.
Atividades de exploração	Conjunto de operações que se destinam à obtenção de produtos utilizáveis. Inclui o corte, a recheia e o transporte.

Os principais métodos e equipamento utilizados nas atividades florestais são os seguintes:

Métodos e equipamentos		
Tipo de trabalho	Equipamentos	Métodos
Plantação	Enchó <i>Buldozer</i> Enxada ou plantador Grade de discos	Destroçamento de cepos Ripagem Construção de terraços Gradagem
Manutenção	Motorroçadora Enxada Trator com destroçador Grade de discos Motosserra Serrote Pulverizador de químicos	Controlo de vegetação espontânea mecânico/ manual/moto-manual/ químico Sacha e amontoa em folhosas diversas Seleção de rebentos Desbaste Poda ou desrama Adubação manual ou mecânica
Corte e recheia	Motosserra Máquina processadora Panca Trator com guincho Trator com grua Guincho/alavanca tipo <i>TiFor</i>	Abates de árvores Corte raso (apenas em áreas inferiores a 50 hectares contínuos) Toragem Descasque Recheia para local carregamento/ carregadouro

10.6 Gestão florestal preconizada - calendarização das operações

A gestão da floresta, para além de ocorrer em períodos de tempo extensos, está particularmente condicionada por diversos agentes externos, tais como condições climatéricas, fogos, pragas e doenças, exigências legais, conjuntura de mercado, etc.

Por esta razão, o planeamento e a programação das atividades florestais operam-se a diferentes níveis, o que impõe planos e programas distintos mas integrados, suscetíveis de revisões e adaptados a cada situação.

Os trabalhos previstos no *Plano de Atividades Florestais* podem abranger as atividades de:

- Exploração.
- Silvicultura.
- Defesa contra agentes bióticos.
- Proteção dos recursos naturais, como água e solo.
- Beneficiação e manutenção de infraestruturas da responsabilidade do proprietário (rede viária florestal, pontos de água, áreas de recreio, etc.).
- Manutenção de áreas com atributos identificados.
- Outros, com o objetivo de assegurar o cumprimento das regras definidas.
- Outros de natureza obrigatória, como os trabalhos relativos à defesa da floresta contra incêndios.

O *Plano de Atividades Florestais* aplica-se às propriedades onde está programada a realização de trabalhos, de acordo com os modelos de silvicultura adotados.

11. Registo das alterações

Revisão nº	Data	Secção alterada	Descrição das alterações
00	31.01.2011	-	-
01	17.02.2011	4, 7, 11	Alteração da Política Florestal
02	01.08.2011	Todos	Revisão da caracterização da Unidade de gestão Florestal. Revisão da classificação do risco de incêndio. Revisão geral de todos os restantes dados.
03	31.07.2012	Todos	Atualização de todos os dados, pela entrada de novas áreas no Grupo.
04	20.09.2012	1, 3, 3.1.2	Revisão das siglas e abreviaturas. Revisão do texto para simplificação dos dados, através da inclusão de novos anexos. Nova definição de responsabilidades da gestão. Revisão de dados constantes de áreas por concelho. Revisão de lapso constante na caracterização do solo.
05	22.03.2013	Todos	Alteração do layout do documento. Alteração do nome do Grupo para Grupo UniFloresta. Revisão dos dados (possíveis) à data.
06	03.02.2014	Todos	Alteração do logo do Grupo UniFloresta para o logo da Unimadeiras, com marca registada. Revisão de todos os dados (decorrente do aumento do Grupo de 104 para 124 Membros).
07	30.06.2014	3, 5.8, 8.5, 9.1	Revisão dos dados do grupo, decorrente do aumento do número de membros para 160 e de área para 1346 hectares. - Referência ao alargamento do âmbito da certificação para abranger produtos florestais não lenhosos tais como a resina, o mel, as plantas aromáticas, medicinais e condimentares, os cogumelos, a cortiça, entre outros. - Revisão dos dados e da terminologia da classificação da Perigosidade de incêndio. - Inclusão do novo documento, "Plano de Gestão da Biodiversidade do Grupo Unifloresta". - Revisão dos objetivos gerais e definição dos objetivos específicos de gestão florestal.
08	07.11.2014	4.1, 5.6, 9.2	Correção percentagens de área da tabela relativa aos objetivos de gestão. Correção dos valores, das classes Alta e Muito Alta, da tabela relativa à Classificação da perigosidade de incêndio Correção dos valores, dos anos 2012 e 2013, da tabela relativa à área ardida
09	30.06.2015	Todas	Revisão dos dados do grupo, decorrente do aumento do número de membros para 232 e de área para 7740 hectares.
10	30.06.2016	Todas	Revisão dos dados do grupo, decorrente do aumento do número de membros para 291 e de área para 8787 hectares.
11	30.06.2017	Todas	Revisão dos dados do grupo, decorrente do aumento do número de membros para 415 e de área para 12687 hectares.
12	30.06.2018	Todas	Revisão dos dados do grupo, decorrente do aumento do número de membros para 557 e de área para 15478 hectares.
13	30.06.2019	Todas	Revisão dos dados do grupo, decorrente do aumento do número de membros para 752 e de área para 20209 hectares.
14	30.06.2020	Todas	Revisão dos dados do grupo, decorrente do aumento do número de membros para 1004 e de área para 23376 hectares.

15	30.06.2021	Todas	Revisão dos dados do grupo, decorrente do aumento do número de membros para 1308 e de área para 27908 hectares.
16	30.06.2022	Todas	Revisão dos dados do grupo, decorrente do aumento do número de membros para 1609 e de área para 31653 hectares.
17	05.05.2023	4.1	Inclusão de mapa com a localização das propriedades.